



**Revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística
Complementar de Itaocara/RJ**

DIAGNÓSTICO TÉCNICO COMPLEMENTAR
Documento Síntese

Abril/2022



Apoio:



Realização:



APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor deve orientar a atuação de todos os agentes públicos e privados que intervêm sobre o território, que dele se beneficiem ou que, por força de suas atividades, nele provoquem transformações. A proposta de Plano Diretor a ser encaminhada à Câmara Municipal deve ser tecnicamente fundamentada e socialmente legitimada.

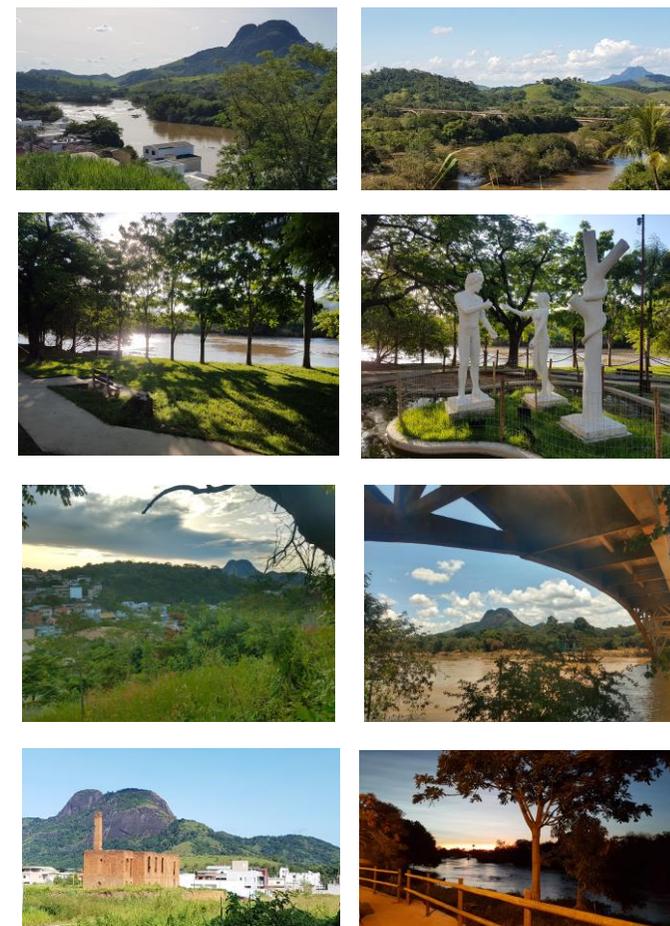
A produção deste Diagnóstico Técnico se desenvolveu com a interação entre as Equipes do IBAM, da Assessoria de Planejamento, responsável pela coordenação em nome da Prefeitura e com a participação de outras Secretarias da Administração Municipal.

O objetivo principal deste documento é apresentar, de forma sintetizada, informações e análises sobre a realidade atual do território de Itaocara.

As contribuições advindas da sociedade complementarão o Diagnóstico e alimentarão, na sequência do processo de trabalho, a formulação de propostas para o Município que deverão moldar o novo Plano Diretor.

Sem a pretensão de esgotar qualquer dos temas abordados, o Diagnóstico Técnico consolida uma base de informações, referências e análises que deve servir de estímulo e provocação para que todos os segmentos sociais tragam para o debate público suas visões, demandas e expectativas sobre Itaocara.

Tudo isso alimentará, na sequência do processo de trabalho, a formulação de propostas para o Município que deverão moldar o novo Plano Diretor.

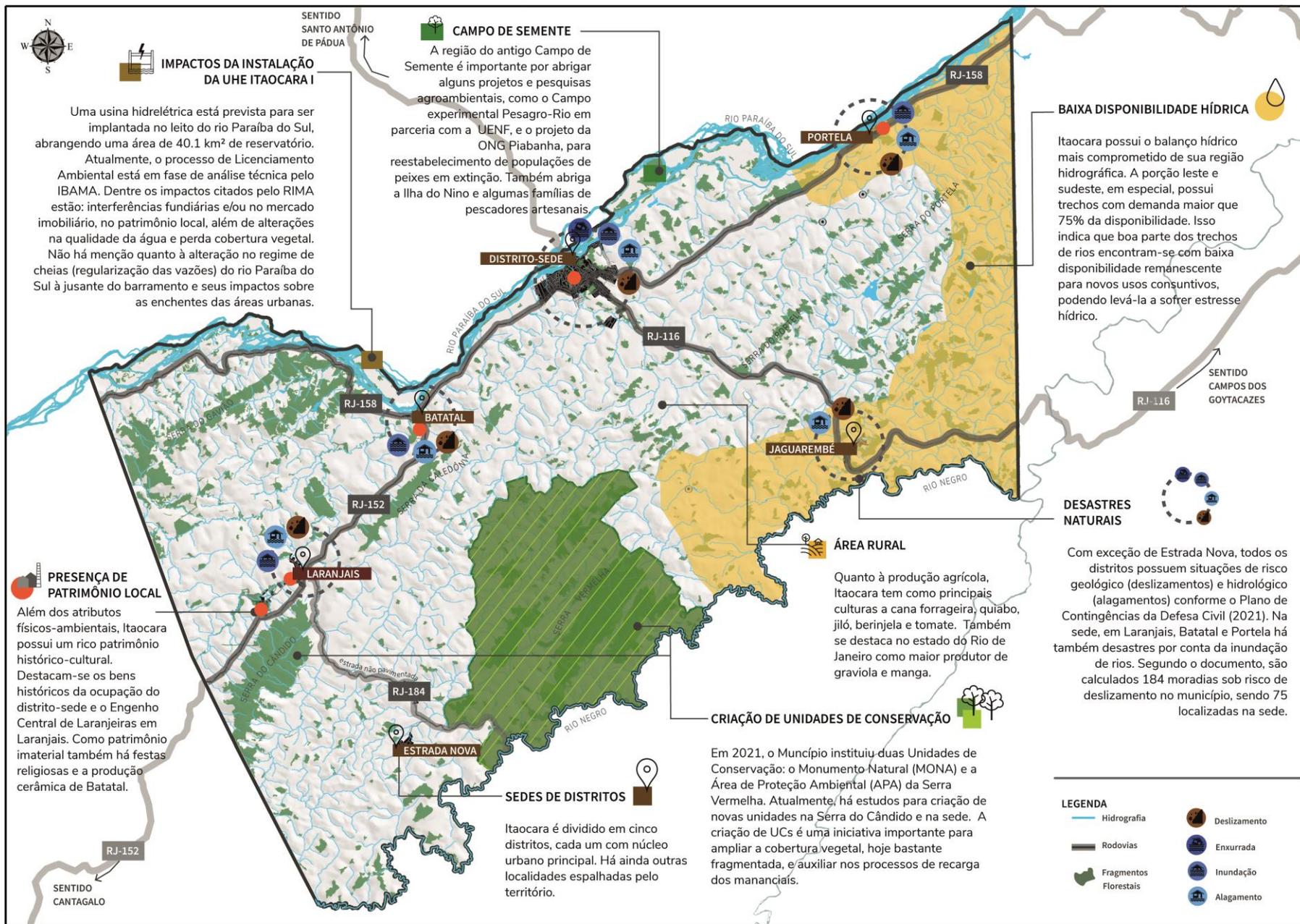


Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022.

Veja o Diagnóstico Técnico completo em
<http://pd.itaocara.ibam.org.br/>

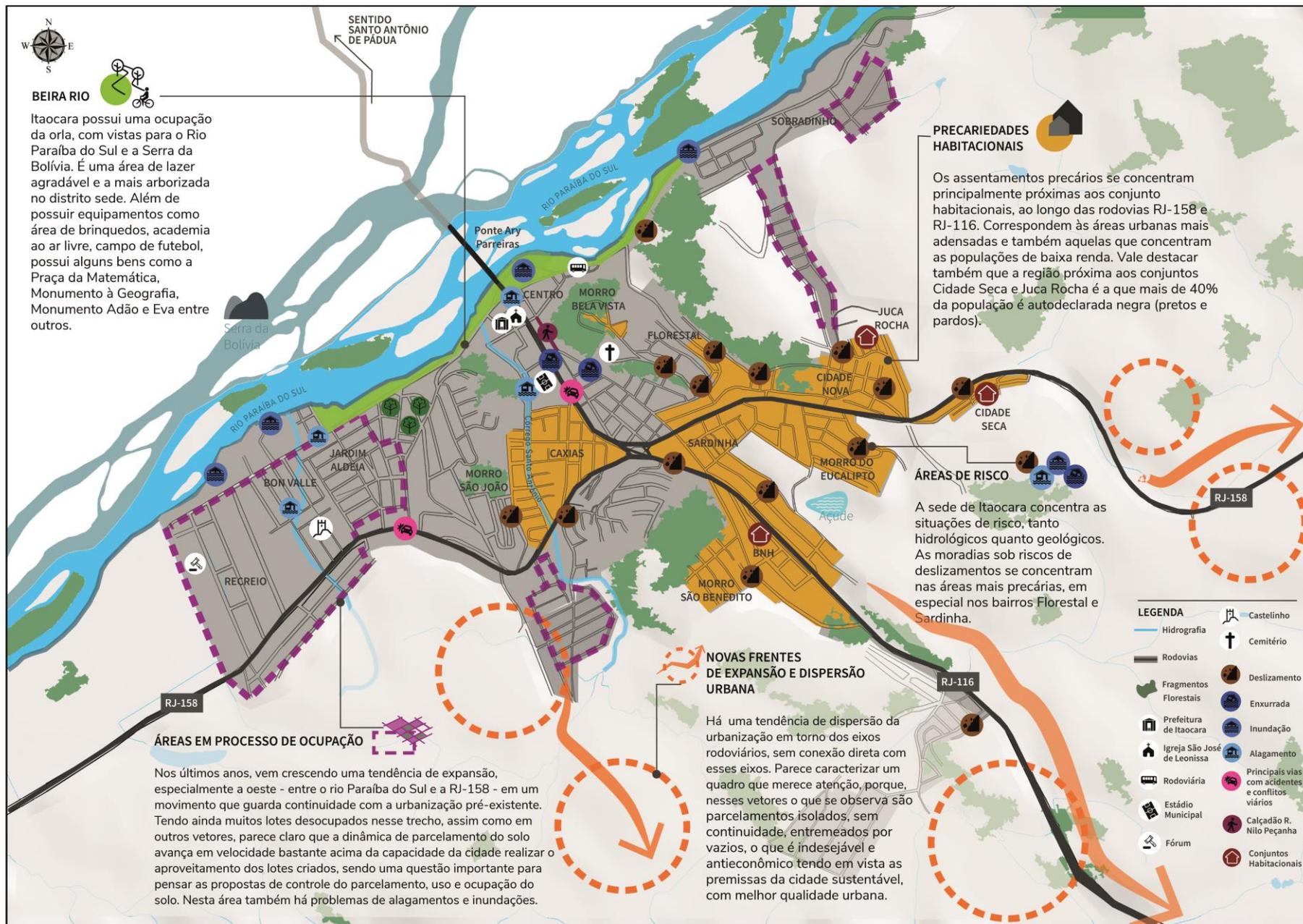
MAPA SÍNTESE

Município



MAPA SÍNTESE

Distrito Sede



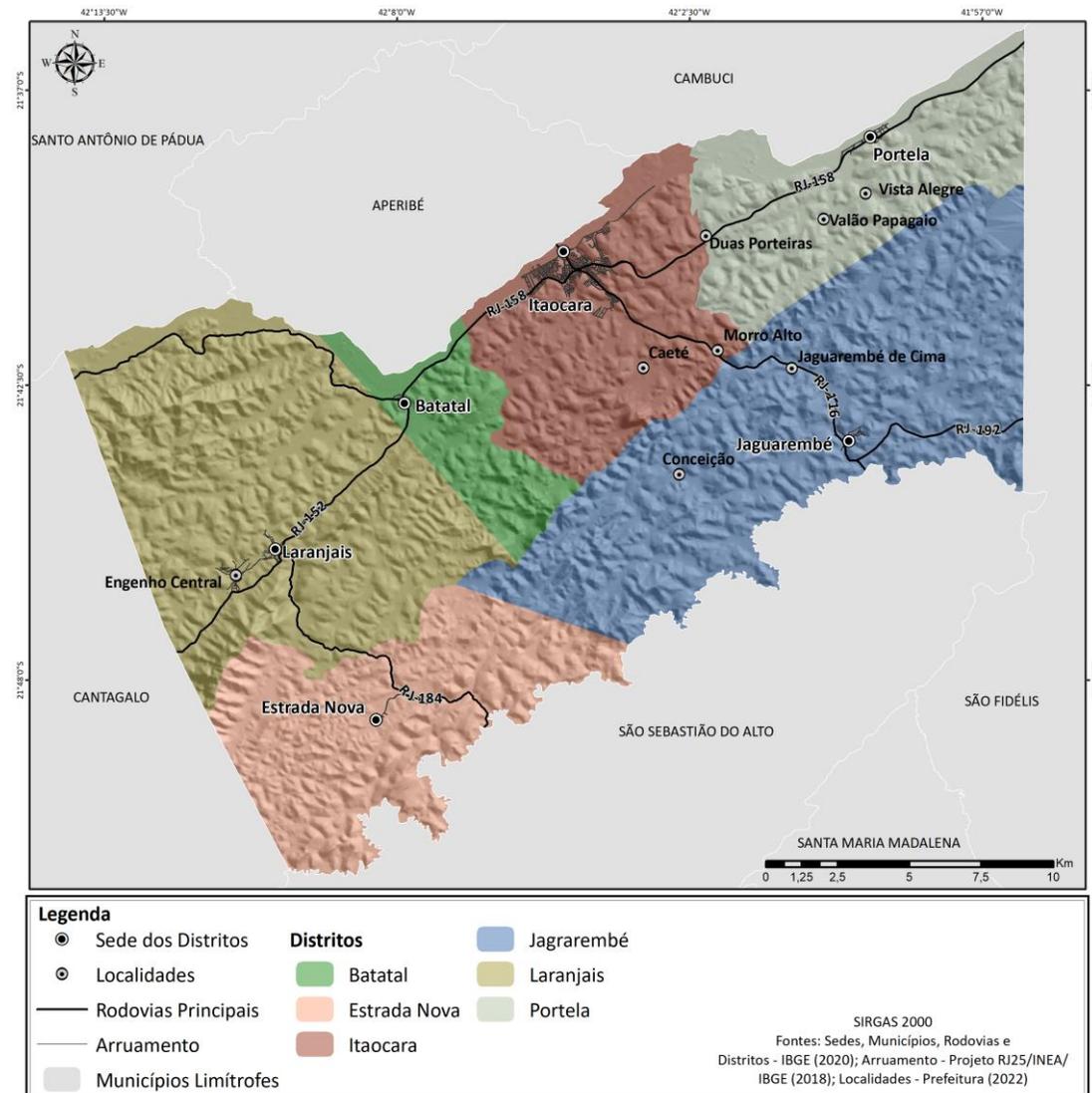
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Itaocara é um Município do Estado do Rio de Janeiro, situado na região Noroeste Fluminense, a 181 km da capital do Estado. Faz limite com sete Municípios: Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Cambuci, São Fidélis, São Sebastião do Alto e Cantagalo. O Município está dividido atualmente em seis Distritos: Itaocara (Sede), Batatal, Estrada Nova, Laranjais, Jaguarembé e Portela.

A análise da dinâmica demográfica torna-se importante não só para compreender o perfil da população, mas também para apreender os processos de transformação urbana e territorial que ocorreram em Itaocara.

Num panorama geral, em 2010, a população de Itaocara era de 22.899 habitantes e, predominantemente, formada por mulheres (51,12%). Pessoas negras (pretas e pardas) somavam 33,44% do total de habitantes. As faixas etárias que possuem maior quantitativo populacional eram de 25 a 29 anos (7,74%) e 45 a 49 anos (7,73%).

Distritos de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

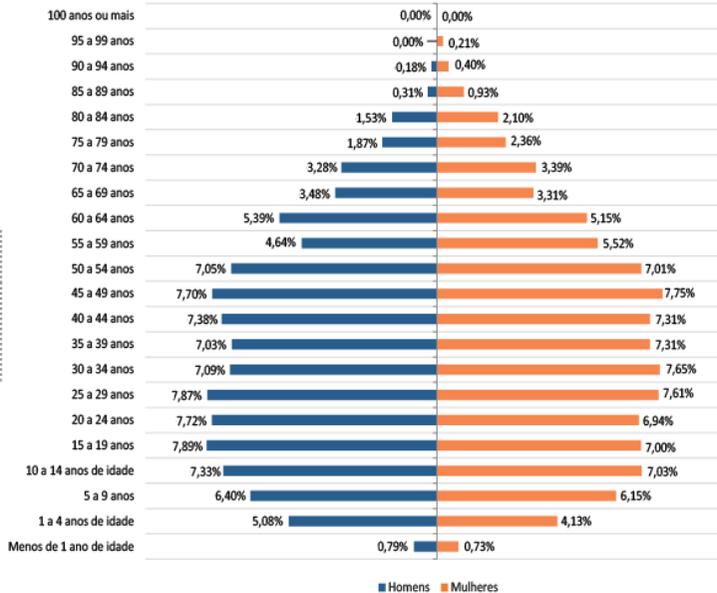
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Composição da população por gênero, faixa etária, cor/raça e situação de domicílio

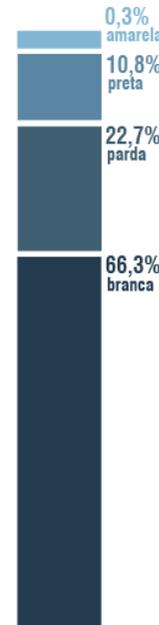
22.899 hab.



Segundo IBGE, a estimativa populacional do Município para o ano de 2021 é de 23.211 habitantes



Panorama geral do Índice de Vulnerabilidade Social do Município



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
(Atlas Brasil/ IBGE, 2010)

IDHM 0,713 alto

IDHM 0,820 muito alto
longevidade

IDHM 0,696 alto
renda

IDHM 0,635 médio
educação

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL
(IPEA/IBGE, 2010)

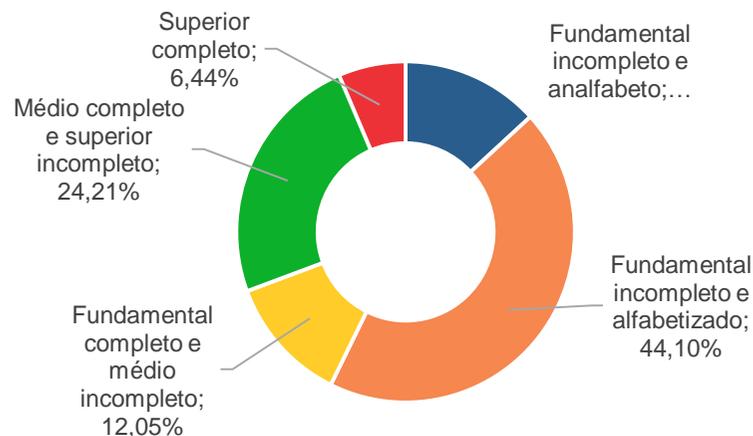
IVS 0,221 baixo

IVS 0,077 muito baixo
infraestrutura urbana

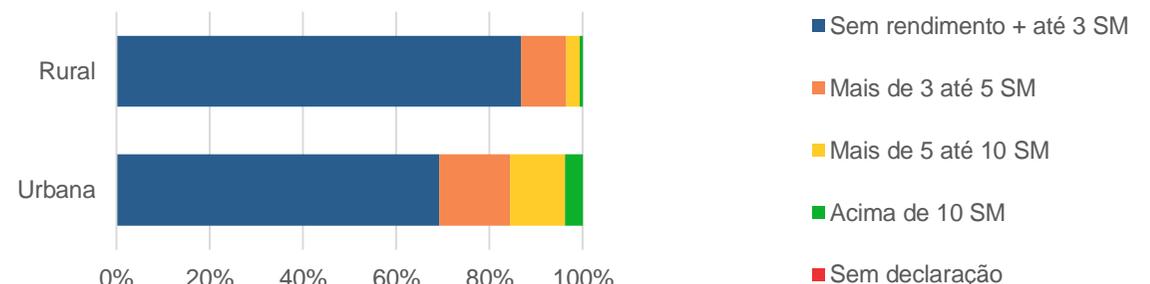
IVS 0,251 baixo
capital humano

IVS 0,334 médio
renda e trabalho

Escolaridade da população de 25 anos ou mais (2010)



Rendimento Nominal Mensal no Município



CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

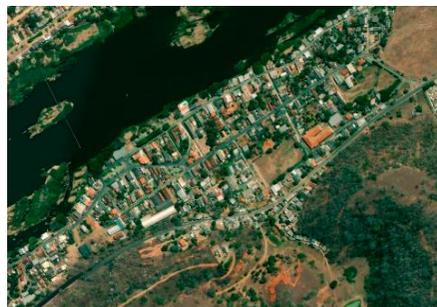
Distritos

LARANJAIS		
População	População urbana	Área
2.634 hab.	1.450 hab.	113,31 km ²



Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

PORTELA		
População	População urbana	Área
2.516 hab.	1.374 hab.	52,75 km ²



Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

JAGUAREMBÉ		
População	População urbana	Área
2.653 hab.	1.224 hab.	118,85 km ²



ESTRADA NOVA		
População	População urbana	Área
491 hab.	165 hab.	65,67 km ²



Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

BATATAL		
População	População urbana	Área
958 hab.	463 hab.	23,66 km ²



Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

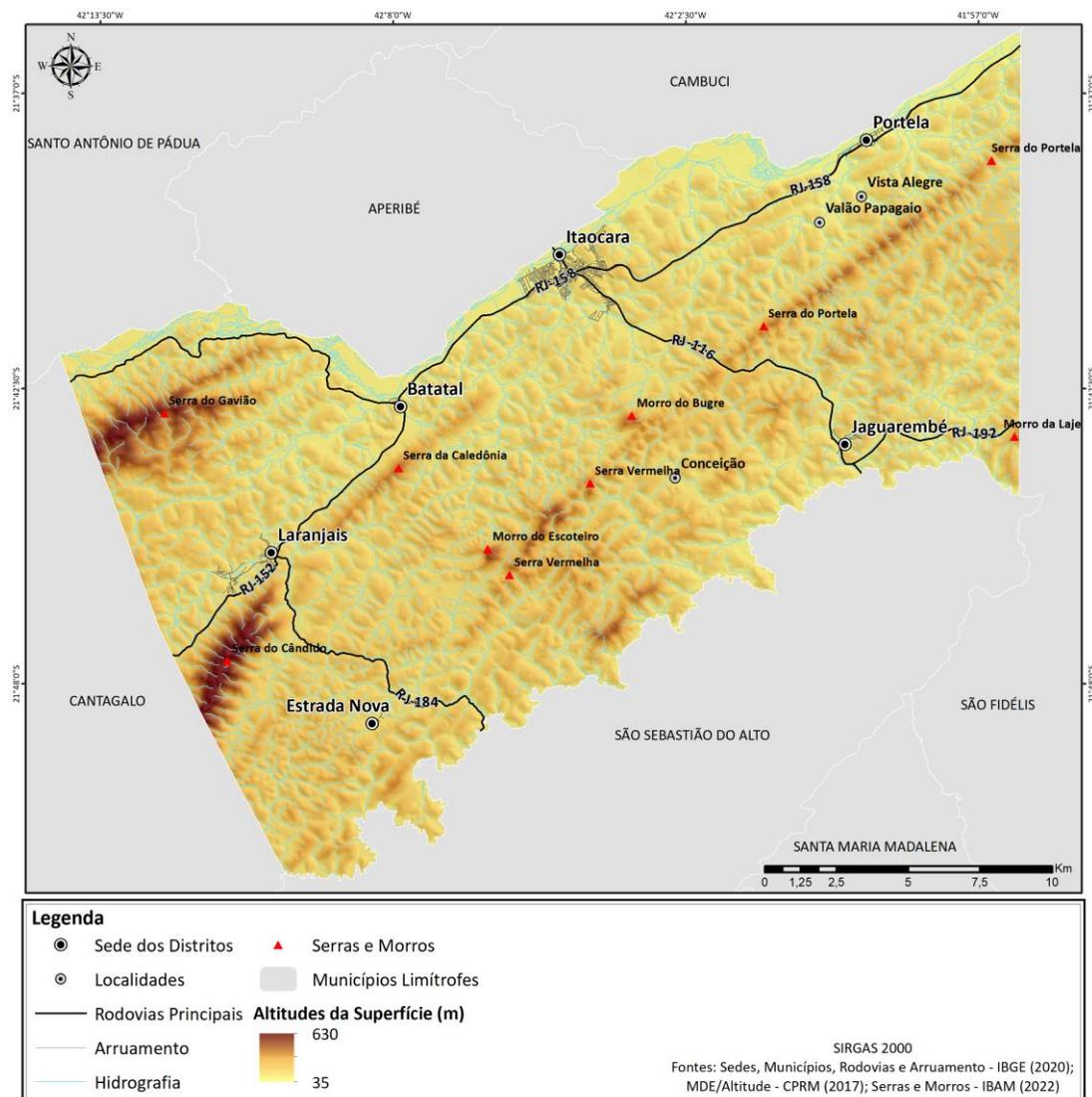
CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL

Geomorfologia

O Município de Itaocara está localizado em uma região de transição entre a Serra do Mar e o Vale do Paraíba do Sul. A região possui relevo suave acidentado, sendo composto majoritariamente por morros baixos, com amplitude entre 50 e 100m, seguido de morros altos, morrotes e planícies de inundação. Destacam-se também as serras e cristas isoladas que marcam a paisagem do Município.

Importante destaque para a Serra da Bolívia que, apesar de pertencer ao Município de Aperibé, é um símbolo para Itaocara. A serra, localizada às margens do Rio Paraíba do Sul é emblemática na composição da paisagem do Município, podendo ser vista de vários ângulos da cidade. Também tem relação com sua denominação: segundo Alaor Scisínio (1927), o nome da cidade vem do tupi ITA (pedra) e OCARA (aldeia), uma vez que sua ocupação se deu na área com vistas para a serra.

Modelo digital de elevação do Município de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL

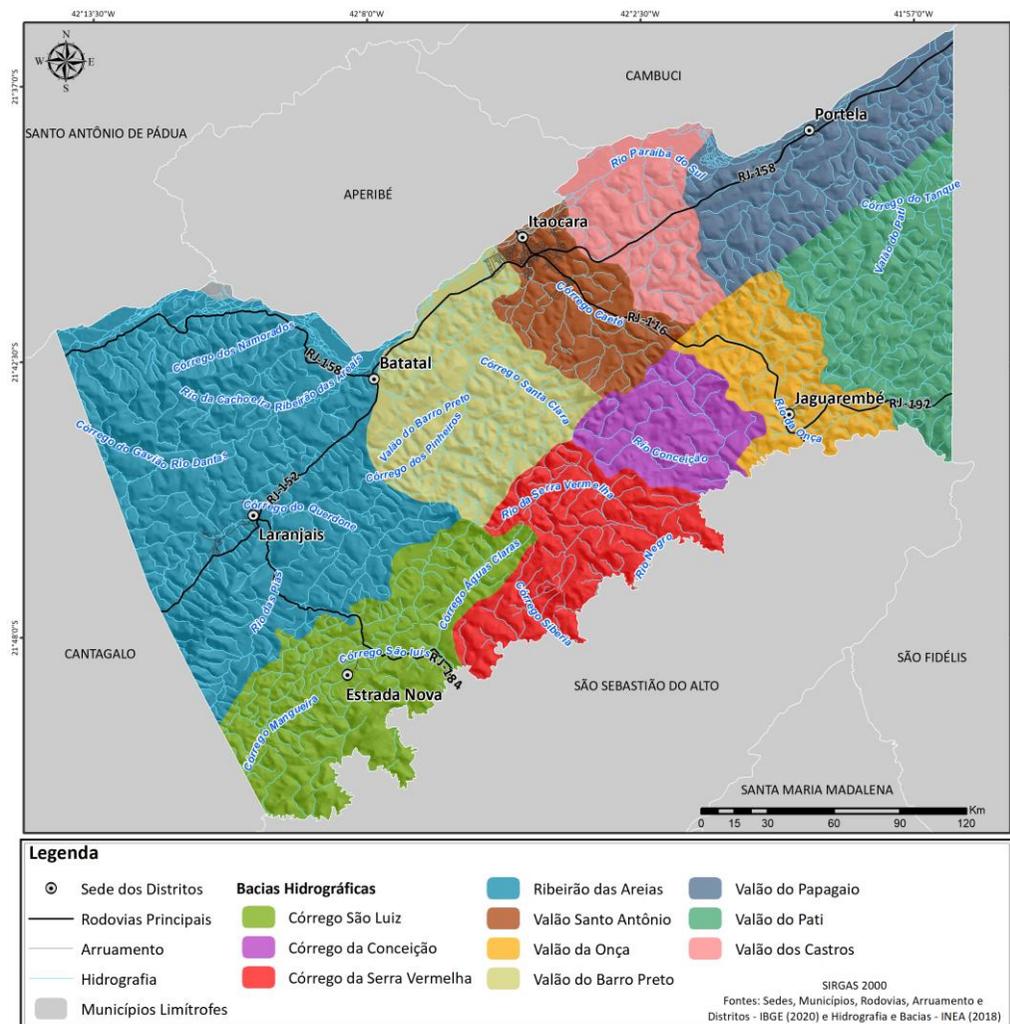
Hidrografia

O Município de Itaocara está localizado à margem direita do Rio Paraíba do Sul, sendo este o limite norte do Município, enquanto o Rio Negro demarca o limite ao sul. O Município encontra-se na sub-bacia Rio Dois Rios, na Região Hidrográfica VII (RH-VII) do Estado do Rio de Janeiro. Itaocara divide-se em dez sub-bacias hidrográficas.

Observa no Município uma importante distribuição de pontos de captação de água voltados para atividades como criação animal, irrigação e consumo humano. Cabe ressaltar que, historicamente, a RH-VII enfrenta de maneira recorrente longos períodos de estiagem, o que indica a maior demanda por irrigação nas lavouras. O balanço hídrico de Itaocara é o mais comprometido de toda sua região hidrográfica, indicando que boa parte dos trechos de rios encontra-se com baixa disponibilidade remanescente para novos usos consuntivos, com especial atenção para a porção sudeste.

Encontra-se em fase de estudo e licenciamento ambiental uma Usina Hidrelétrica (UHE Itaocara I) que terá capacidade para gerar até 150 MW projetada para ser instalada no rio Paraíba do Sul entre os Municípios de Itaocara e Aperibé, a montante da Ilha Serena e do Distrito de Batatal, com extensão total de aproximadamente 1.240 m.

Sub-Bacias Hidrográficas do Município de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL

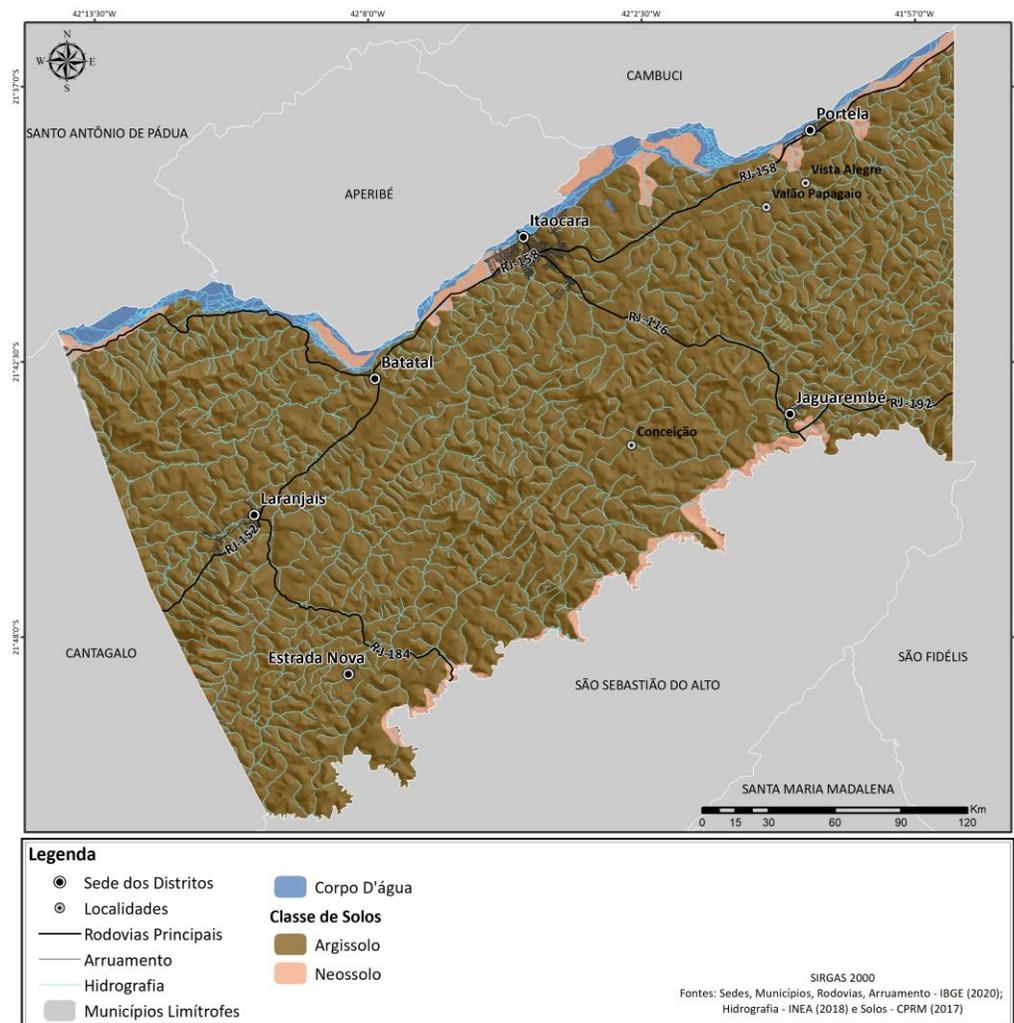
Solos

Na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o solo predominante é o argissolo, seguido de latossolo, gleissolo, cambissolo, planossolo e neossolo. Na região de Itaocara, o argissolo representa mais de 90% do seu território, e uma pequena porção de neossolo é encontrada margeando os Rios Paraíba do Sul e Negro.

O argissolo possui estrutura bem desenvolvida, textura sólida e muito dura quando seco, mas com a ocorrência de chuvas, acaba se modificando e quebrando com facilidade, tornando-se mais friável. Normalmente encontra-se esse solo em relevo montanhoso e ondulado. Já os neossolos são pouco evoluídos, constituídos por material mineral ou orgânico. Podem apresentar características eutróficas ou distróficas, podendo constar alto teor de alumínio e sódio.

Segundo diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios de 2020, “cerca de 40% da área dessa bacia é representado por solos eutróficos, ou seja, que podem apresentar um bom potencial para produção agrícola”.

Sub-Bacias Hidrográficas do Município de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL

Uso do Solo e Cobertura Vegetal

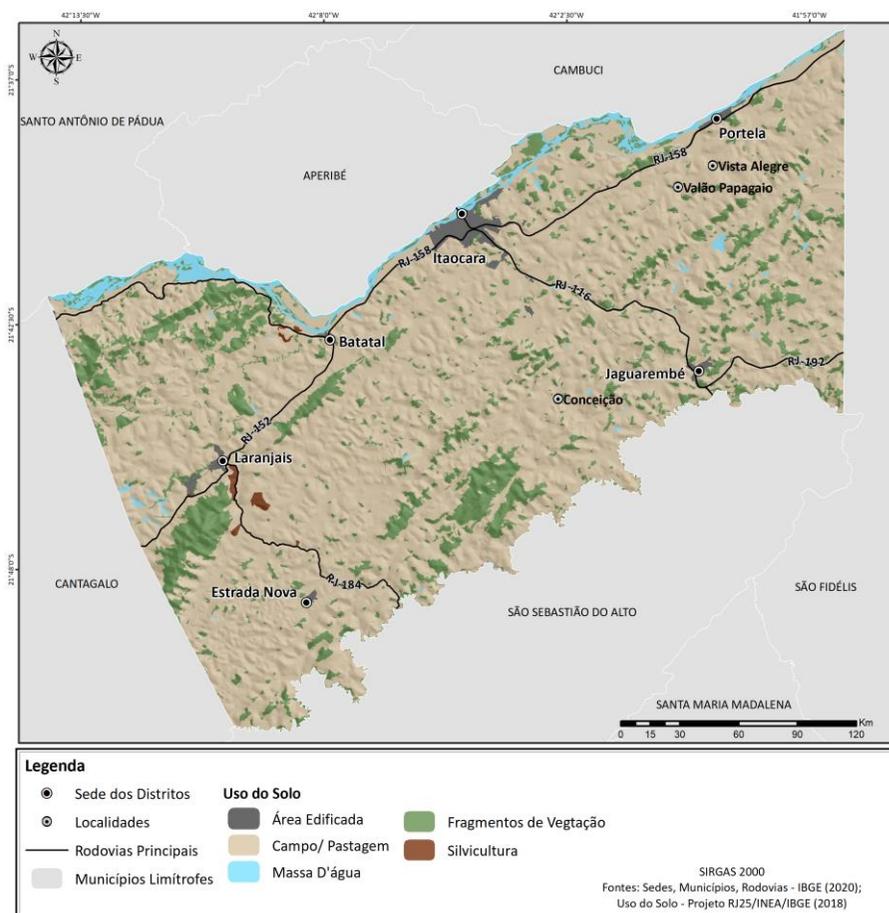
Itaocara está situada no bioma Mata Atlântica, que sofreu intensas transformações com a expansão das atividades antrópicas, especialmente a partir do ciclo do café e, posteriormente, a cana-de-açúcar em menor escala. A cobertura florestal ocupa hoje cerca de 15% da área do Município. A ausência de florestas consolidadas é um ponto sensível na região devido ao seu relevo acidentado, o que pode contribuir para uma maior ocorrência dos chamados ‘desastres naturais’, como deslizamentos de terra e inundações, além de representar ameaça a muitas espécies da flora e fauna nativa. Além disso, um dos grandes entraves para a proteção e recuperação dos remanescentes florestais são as queimadas, praticadas em muitos casos como ferramenta de expansão das atividades no campo.

Verifica-se que a maior parte do território é usado para atividades agropecuárias (81,33%), enquanto outra parcela, bastante reduzida, é ocupada por silvicultura (0,24%). As áreas antrópicas, excluindo-se as agrícolas, se restringem a 0,98% da área do Município.

Quanto à produção agrícola, em 2019 Itaocara contava com 728 produtores envolvidos - sendo as culturas de cana forrageira, quiabo, jiló e berinjela as que apresentam maior área e quantidade colhida. Já a pecuária em Itaocara envolve 1085 produtores, sendo 770 para a produção de leite, que possui 13.120 cabeças de gado e ocupa 12.800 ha com pastagem.

A silvicultura em Itaocara em 2019 possuía uma área plantada total de 15 hectares, uma das menores da região noroeste fluminense, sendo identificadas produções de mogno para a indústria moveleira e de eucalipto para produção de lenha.

Uso do Solo e Cobertura Vegetal



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL



Uso do Solo e Cobertura Vegetal

As Áreas de Preservação Permanente (APPS) são áreas protegidas definidas pelo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651 de 2012) e se dividem em dois tipos - de hidrografia e de topografia. Em Itaocara, a maior APP de Hidrografia é a do Rio Paraíba do Sul. Já as APPs de topografia se localizam nas serras, em especial na Serra do Cândido.

Analisadas as ocupações das faixas marginais de corpos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, as áreas de usos antrópicos acarretam um alto grau de degradação, especialmente devido à predominância de campos/pastagens. As áreas de faixas marginais protegidas representam apenas 29,7% de sua área total, o que prejudica a conservação das APPs e dos recursos hídricos.

A necessidade de recuperação das APPs também é destacada no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Itaocara (2015), que apresenta uma leitura local das questões ambientais, como as classificadas como prioritárias em termos de conservação e recuperação ambiental. De acordo com o documento, a recuperação das APPs do Rio Paraíba do Sul é uma estratégia prioritária.

Em 2021 Itaocara instituiu duas UCs: uma UC de Proteção Integral (Monumento Natural (MONA) da Serra Vermelha) que possui 1.166,68 há, e uma UC de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Vermelha) com 4.801,58 ha. Atualmente, há estudos para criação de novas unidades: Monumento Natural Serra do Cândido (Parque Natural Municipal) e Área de Proteção Ambiental da Aldeia da Pedra, possivelmente com núcleos de Refúgio de Vida Silvestre ou Parque Natural Municipal.

Vale destacar que Itaocara conta com dois projetos ambientais de iniciativa privada com ações de preservação e proteção. O projeto da ONG Itaocara + Verde é dedicado a ampliar as áreas verdes e promover educação ambiental na região Noroeste Fluminense. Já o Projeto Piabanha, tem como principal meta restabelecer populações de peixes nativos ameaçadas de extinção.

POLÍTICA URBANA



A análise da legislação urbanística vigente em Itaocara e sua aplicação aponta para questões comuns a inúmeros Municípios brasileiros que podem ser sintetizadas em alguns pontos principais:

a) O Plano Diretor foi elaborado na primeira década do ano de 2000, cumprindo o comando do Estatuto da Cidade, mas a lei aprovada não orienta efetivamente políticas públicas estruturantes do território;

b) A legislação urbanística ordinária, que estabelece parâmetros tanto para parcelamentos como para edificações, é antiga, da década de 1980. Apesar de ser tida como desatualizada, não foi revisada à luz do Plano Diretor então aprovado;

c) A regulação de uso e ocupação do solo urbano não tem tratamento em lei específica, sendo seus parâmetros pulverizados na legislação de parcelamento do solo e edificação;

d) Alterações pontuais feitas na legislação urbanística, em geral flexibilizando parâmetros urbanísticos, não guardam, necessariamente, coerência com o Plano Diretor vigente e buscam, em regra, referendar práticas ou atender demandas de interessados em construir, mas sem avaliação conhecida do significado do conjunto de tais mudanças no espaço urbano ao longo do tempo;

e) A adoção de perímetros urbanos extensos, definidos por raios a partir do estabelecimento de um ponto, sugere que foram determinados sem a análise mais acurada sobre o território e daquilo que deveria ser considerado como condicionantes para sua ocupação com fins urbanos.

Contudo, são importantes alguns movimentos recentes operados pelo Município de Itaocara no sentido de fortalecer sua capacidade técnica e institucional para o controle urbanístico e

de incorporar a questão ambiental na legislação municipal. Nessa linha, merecem destaque:

a) A melhor estruturação do setor de licenciamento urbanístico;

b) A elaboração do Código Ambiental do Município;

c) A criação de duas Unidades de Conservação (UCs) Municipais;

d) A edição de legislação municipal para orientar e incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural Municipal (RPPNs);

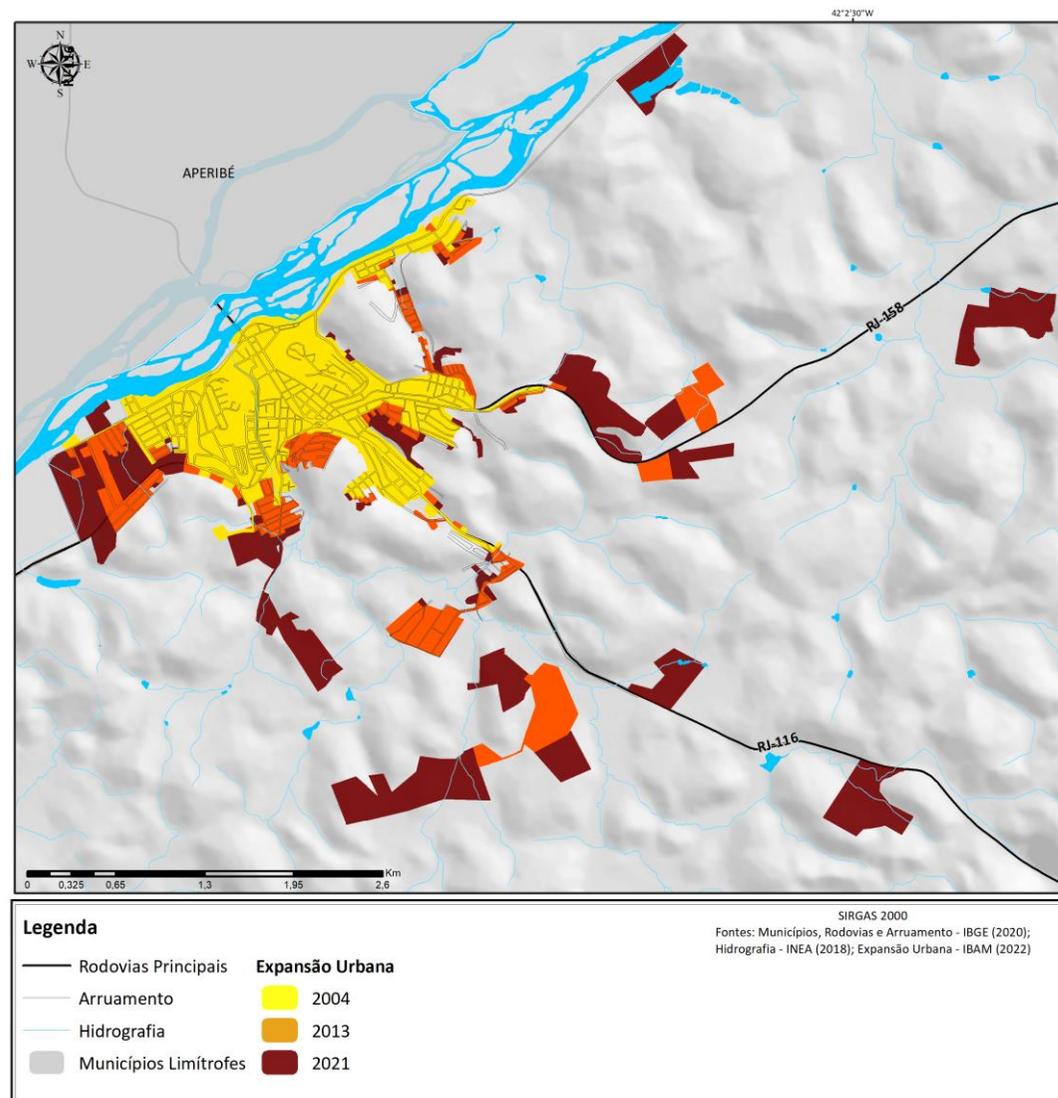
e) A própria decisão de revisar o Plano Diretor juntamente com toda a legislação urbanística municipal;

f) A criação de programa de regularização fundiária do Município.

POLÍTICA URBANA

Quanto maior a fragilidade técnica e institucional de regulação da produção urbana e de orientação pública do desenvolvimento da cidade, mesmo em cidades pequenas, maior será o acúmulo de necessidades (e passivos) decorrentes da urbanização incompleta e da inobservância de padrões de qualidade das construções e do espaço urbano. A revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística de modo integrado contribuirá com melhores condições para Itaocara enfrentar seus desafios e reforçar as iniciativas em curso que apontam para a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

Expansão urbana na Sede Municipal de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

TEMAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR



O diagnóstico do Plano Diretor tem como objetivo reunir um grande conjunto de informações e análises sobre as dinâmicas que incidem no território municipal. Para tanto, reúne especialistas nos mais diversos campos do conhecimento, que se debruçam sobre os estudos, informações e dados disponíveis sobre o Município. A percepção requerida se completa através do olhar de cada profissional e do diálogo com os técnicos e lideranças locais, com os gestores e representantes políticos, e pela leitura e observação em campo.

Esse ciclo se consolida quando a leitura técnica se integra com a visão dos próprios habitantes do lugar sobre a realidade em que vivem, próximo passo a ser cumprido no processo de revisão do Plano Diretor de Itaocara.

**CARACTERIZAÇÃO
SOCIODEMOGRÁFICA**

**CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-
AMBIENTAL**

POLÍTICA URBANA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**CLIMA URBANO, CONFORTO
AMBIENTAL E ENERGIA**

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

HABITAÇÃO

SANEAMENTO BÁSICO

MOBILIDADE URBANA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
CULTURAL E PAISAGÍSTICO
E TURISMO**

**CÓDIGO DE OBRAS E
EDIFICAÇÕES**

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Os impactos causados pelos eventos climáticos extremos sobre o território e as cidades, cada vez mais severos e frequentes, também ocorrem em Itaocara...



Estiagem no Rio Paraíba do Sul

Fonte: G1 - Wilner Reis/out. 2014.



Ondas de Calor

Fonte: Folha Itaocarense/jan. 2019.



Deslizamento

Fonte: G1 - Defesa Civil/2018.



Inundação Distrito Portela

Fonte: Folha Itaocarense Blogspot/2022.

...cujos efeitos danosos afetam de maneira catastrófica o cotidiano das pessoas, o funcionamento e as infraestruturas da Cidade, deixando uma onerosa contabilidade de danos materiais, econômicos, ambientais e de impacto social quanto ao contingente de pessoas desabrigadas ou desalojadas e, mais importante, um trágico saldo de dor e desespero pelas inúmeras vidas perdidas de amigos e familiares.

São consequências de amplo alcance, que afetam a todos, independentemente de fronteiras, estágio de desenvolvimento econômico ou status social, mas que põem em risco, sobretudo, os mais pobres.

Diante da responsabilidade compartilhada - de governos, agentes econômicos e sociedade - na promoção de ações de **mitigação e adaptação** para enfrentar tal cenário em progressão-, esse tema passou a integrar a agenda dos Municípios.

Pela sua vinculação intrínseca com as diretrizes gerais definidas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) para a política urbana no país, sua correspondência com o direito à cidade sustentável que propugna, e as interfaces com o ordenamento do uso e ocupação do território que mantém, esse tema passou também a compor o escopo dos planos diretores.

A consideração do tema Mudanças Climáticas no **Plano Diretor de Itaocara** resultará em um conjunto de diretrizes e ações voltadas para a promoção da **resiliência** do território e das áreas urbanas da Sede e dos Distritos aos eventos extremos (adaptação) e outras medidas afetas às demais políticas setoriais, no sentido de contribuir para o seu enquadramento nas premissas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

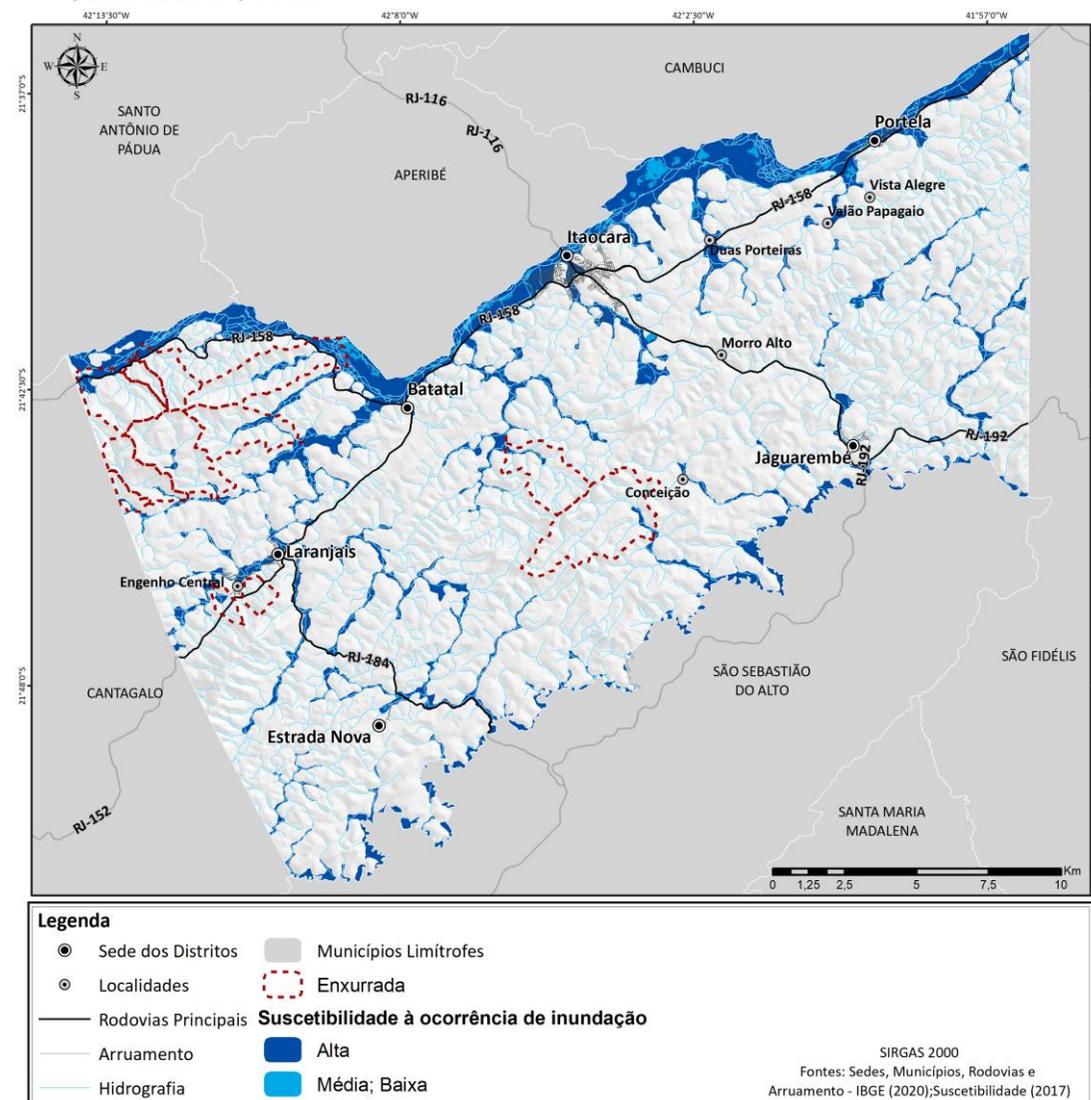
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Além disso, estabelecerá critérios e parâmetros urbanísticos e edílios, tendo em vista a ampliação da capacidade local de resistir às eventuais ocorrências de eventos climáticos extremos.

Dessa forma, nos campos de interesse dos estudos de **vulnerabilidade** e medidas de adaptação às mudanças do clima, as variáveis consideradas decorrem da análise das situações configuradas sobre o território municipal, para além dos impactos climatológicos severos, incluindo, também, as condições institucionais e socioeconômicas da população, na consideração da capacidade de gestão dos problemas municipais nesse campo.

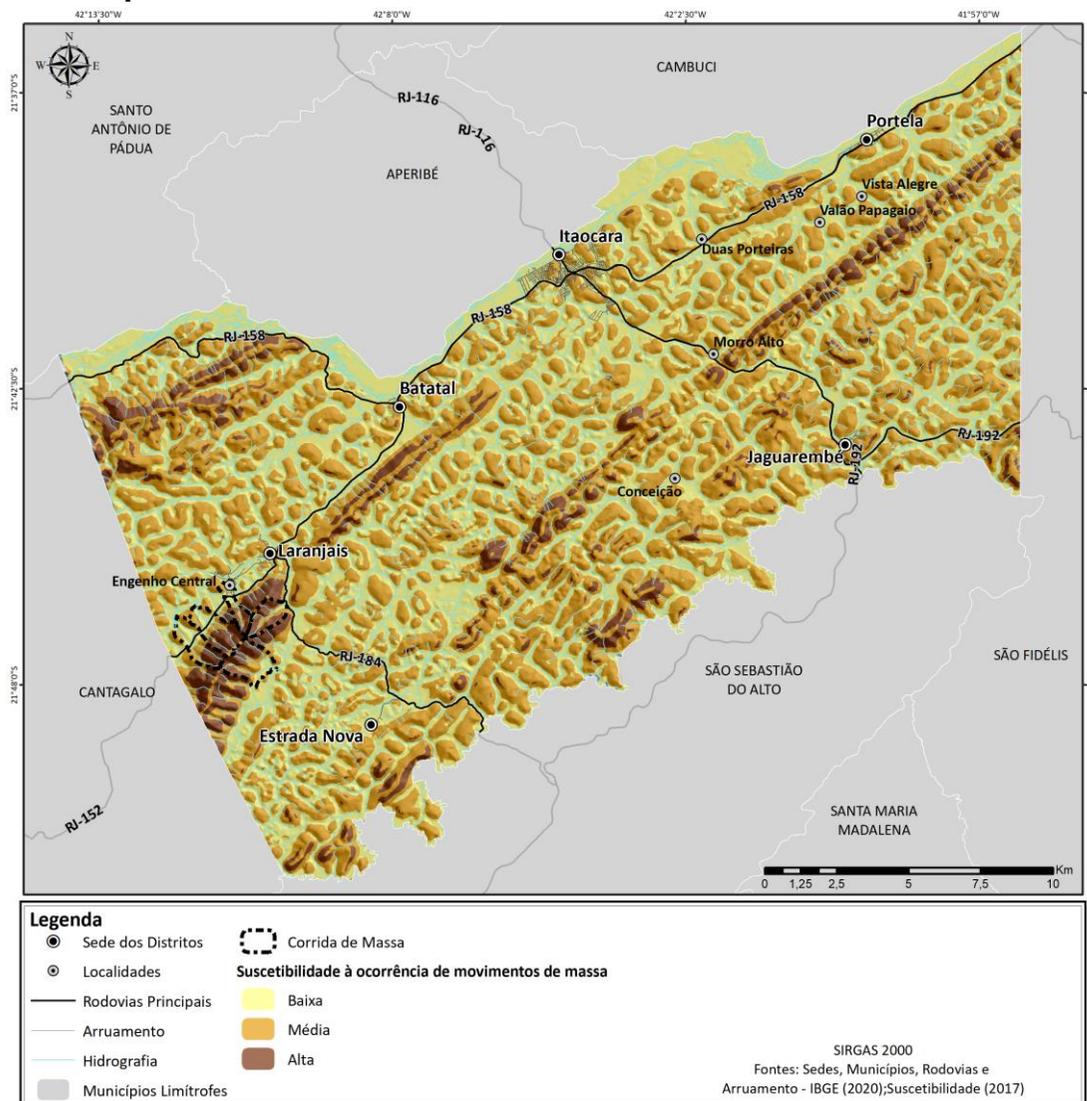
Suscetibilidade à ocorrência de inundação no território municipal - CEMADEN/CPRM



ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Suscetibilidade à ocorrência de movimento de massa no território municipal - CEMADEN/CPRM



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Vulnerabilidades Identificadas em Itaocara

O Plano de Contingência de Itaocara - PLANCON (versão 9.0/atualizado em abril de 2021), elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema de defesa civil do Município aponta a seguinte situação geral:

”O risco hidrológico se dá devido ao Município ter se desenvolvido ao longo das margens do rio, sofrendo assim com as cheias do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes. Em relação aos riscos geológicos as construções desordenadas feitas durante décadas contribuíram assim para que inúmeras áreas de encosta se tornassem áreas de alto risco.”



Inundação

Fonte: : Portal Zona/nov. 2021.



Alagamento

Fonte: : Portal Zona/nov. 2021

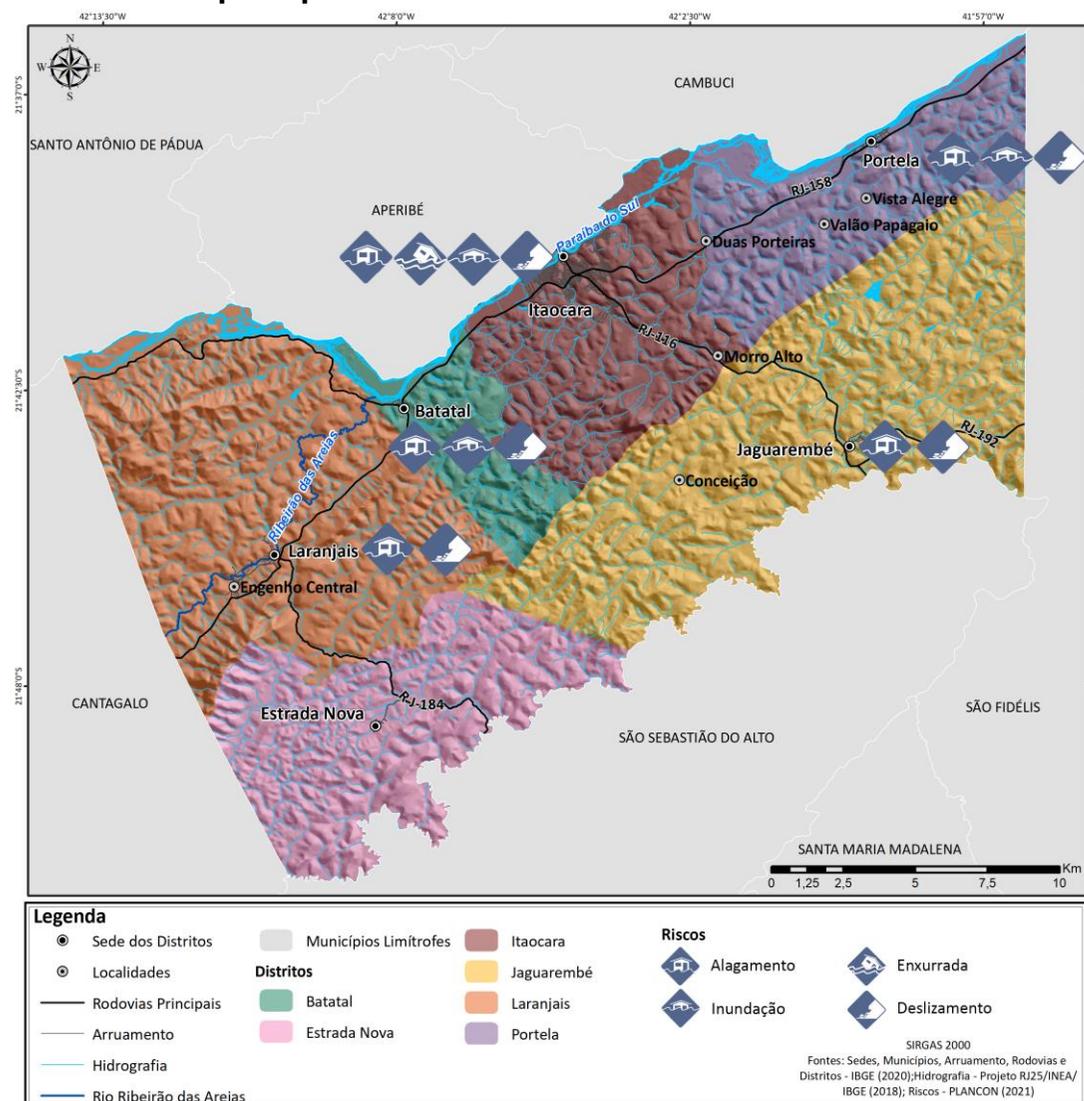
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O PLANCON indica os pontos ou áreas de vulnerabilidade presentes no território de Itaocara, classificando-os por tipologia de desastre, conforme a seguinte tabela:

TIPO DE DESASTRE	NOMES DE BAIRROS E DISTRITOS
Hidrológico (inundação) pelo Rio Paraíba do Sul	BAIRROS: Loteamento Por do Sol, Jardim da Aldeia, Caxias, Centro, Sobradinho e Bom Vale. DISTRITOS: Portela e Batatal.
Hidrológico (inundação) pelo Rio Ribeirão das Areias	DISTRITOS: Laranjais e Engenho Central.
Hidrológico (enxurradas)	BAIRROS: Morro do Cruzeiro e Fuguista
Hidrológico (alagamentos)	BAIRROS: Jardim da Aldeia, Centro e Por do Sol. DISTRITOS: Laranjais, Portela, Jaguarembé e Batatal.
Geológicos (deslizamentos)	BAIRROS: Centro, Caxias, Adolvane, Eucalipto, Escolástica, Florestal, Cidade Nova, Sobradinho, Cruzeiro, Bela Vista, Cidade Seca, Bocaina, Sardinha e Vista do Paraíba. DISTRITOS: Laranjais, Batatal, Jaguarembé e Portela.

Síntese das vulnerabilidades nas localidades do Município de Itaocara por tipo de risco



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

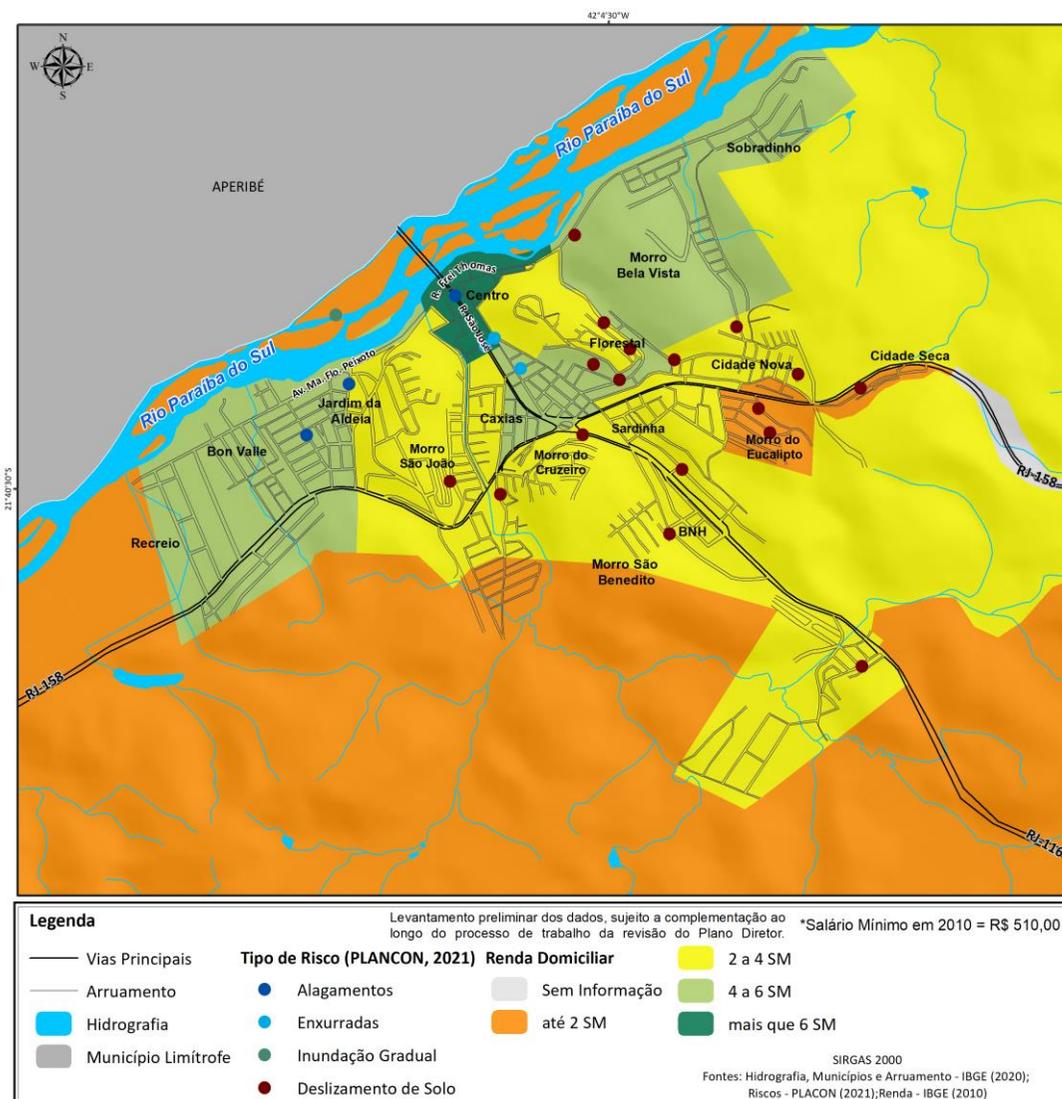
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A distribuição espacial da renda, no viés de onde se localizam as diferentes classes sociais da Cidade de Itaocara, indica que além de todos serem afetados pelos eventos extremos com algum grau de gravidade, em especial pela distribuição de pontos de alagamento pelos diversos bairros, a população itaocarense mais pobre e os moradores da orla, são aqueles mais severamente vulneráveis às ocorrências de sinistros decorrentes das condições climáticas.

Observações das unidades de Defesa Civil dos Municípios do Norte/Noroeste do Estado atestam que nos últimos anos a Região vem sofrendo períodos de seca severos, bem como precipitações pluviométricas intensas e concentradas (tempestades), ainda que, de modo geral, observe-se a diminuição das médias pluviométricas anuais.

Áreas vulneráveis da Sede de Itaocara por tipo de risco e faixa de renda



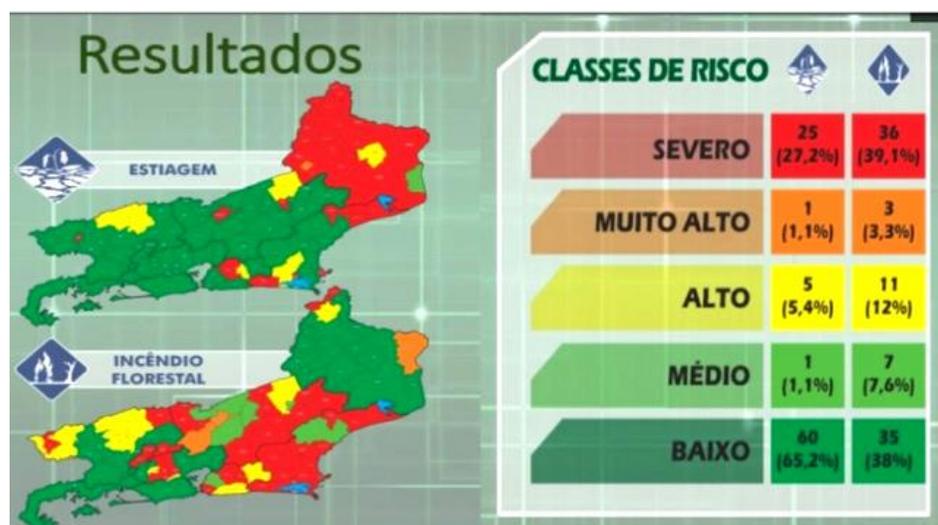
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tal condição é confirmada por estudos recentes que apontam para o incremento dos padrões climáticos que caracterizam o estado de aridez progressiva da Região Norte/Noroeste do Rio de Janeiro nos próximos anos. O Departamento Geral de Defesa Civil - DGDEC-RJ classificou as áreas de risco fluminense para estiagens e incêndios florestais. O mapa a seguir aponta que os Municípios das Regiões Norte e Noroeste apresentam risco severo para este tipo de acidente (estiagens).

Áreas de risco no Estado do Rio de Janeiro para as estiagens e incêndios florestais



A Defesa Civil do Município de Itaocara está elaborando um Plano de Contingência para as ocorrências de incêndios, seca e estiagem.

Na área rural, as chuvas intensas afetam as condições de mobilidade, prejudicando o trânsito nas estradas vicinais construídas em terra batida, impedindo o escoamento da produção e o acesso aos serviços públicos presentes no campo.



Desmoronamento Estrada Sede / Laranjal

Fonte: G1, 18/11/2020.



Queimada em Laranjal

Fonte: SFn, 2017.

Juntam-se a esse quadro, a situação típica e recorrente das localidades que, desde o período colonial com a extração de madeiras e que, ao longo do Século XIX se especializaram na produção do café ou do cultivo da cana-de-açúcar de forma extensiva e, posteriormente, introduziram a criação de gado, como alternativa do setor agropecuário.

A raspagem do solo e supressão da cobertura florestal nativa, em especial das matas ciliares ao longo e no entorno dos recursos hídricos, sobretudo do Bioma da Mata Atlântica, é hoje um passivo ambiental a superar, que afeta o abastecimento das populações campestres e a irrigação, especialmente nos períodos de estiagem prolongada e, igualmente, compromete as áreas urbanas, no tocante, sobretudo, à retenção das cheias dos rios e à produtividade e qualidade dos mananciais aquíferos.

CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E ENERGIA

Características Climáticas

Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o Município de Itaocara (RJ) apresenta dois tipos de clima tropical, sendo predominante o **Aw** - clima tropical, com chuvas de verão e com estação seca no inverno - e o **Cwa**, como clima secundário, subtropical úmido com inverno seco e verão temperado, existente nas maiores altitudes que ainda possuem fragmentos de vegetação. Devido a predominância do clima **Aw**, este será considerado na definição de proposições no diagnóstico e diretrizes para o Plano Diretor.

Segundo dados do Rio Rural, o clima característico da Região Noroeste Fluminense é o tropical quente e úmido, com as estações seca (inverno) e chuvosa (verão) bem definidas.

Desafios

A assimilação do clima urbano, conforto ambiental e do uso eficiente da energia

elétrica como aspectos a serem incorporados no planejamento urbano e na gestão das cidades se torna emergencial. Os efeitos adversos na qualidade ambiental da cidade resultam, em boa parte, da forma como o solo é parcelado e ocupado, e como as edificações são construídas.

A construção de uma agenda municipal para promoção do conforto ambiental urbano envolve esforços e ações para inclusão dos **princípios bioclimáticos** na revisão e atualização da legislação urbanística do Município, entre os quais:

- inclusão de diretrizes específicas, nos instrumentos de controle urbanístico (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), adequadas ao tipo climático do Município, para a promoção da qualificação ambiental do espaço urbano e a promoção do conforto ambiental nas edificações;
- inclusão dos princípios de conforto ambiental e de eficiência energética no Código de Obras e Edificações, para o favorecimento da

qualificação edilícia (novas edificações e em reforma/*retrofit* de edificações existentes) do Município.

Envolve também esforços e ações para a inclusão dos **princípios de conforto ambiental** e de eficiência energética nas políticas públicas do Município, com vistas à promoção de edificações municipais eficientes do ponto de vista energético e ambiental, o que inclui:

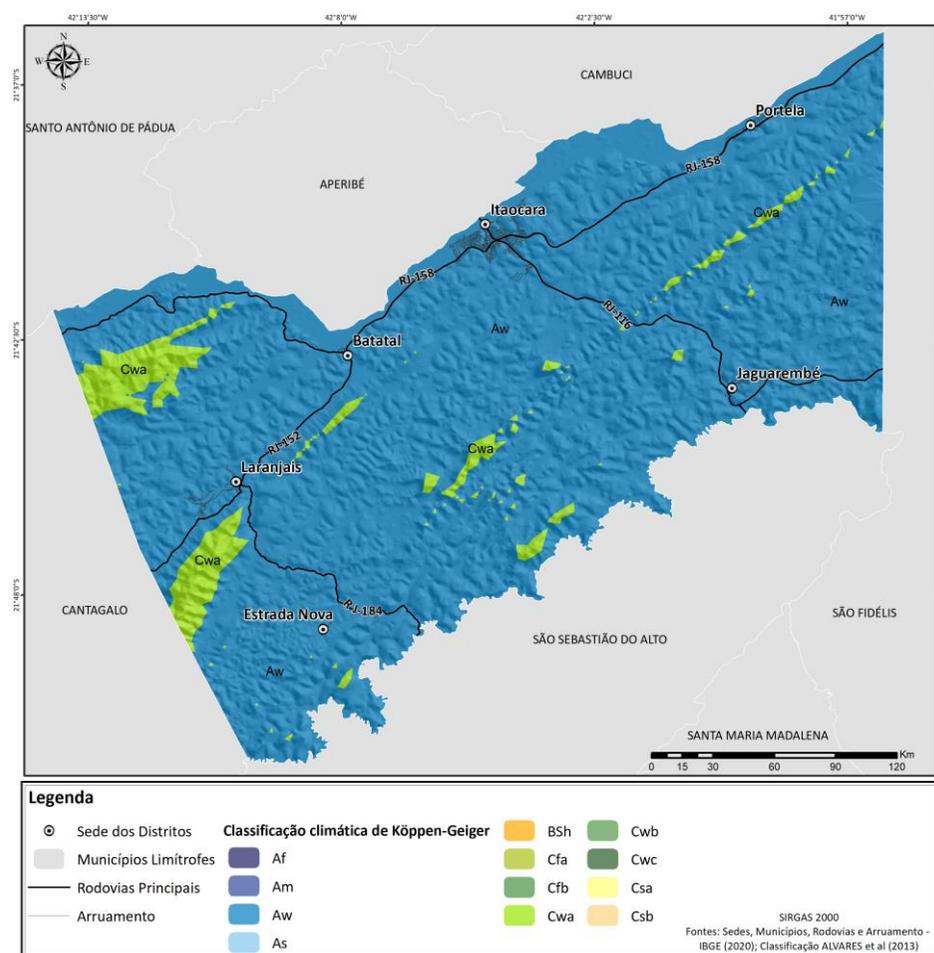
- revisão e atualização dos instrumentos legais - Caderno de Encargos e Termo de Referências - para elaboração de projetos arquitetônicos dos próprios municipais (novas edificações e em reforma/*retrofit* de edificações públicas existentes), cujos comandos devem ser adotados por todas as Secretarias Municipais e Autarquias;
- definição de diretrizes específicas para a política de habitação.

CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E ENERGIA

Algumas Medidas Estruturantes que Merecem Atenção

- Recuperação e/ou preservação do sistema de córregos, para a manutenção das taxas de evaporação e infiltração de água no solo, definindo faixas *non-aedificandi* em suas margens, para manutenção da permeabilidade do solo e da vegetação nativa;
- Ampliação das áreas verdes e manutenção de áreas livres de impermeabilização no interior dos lotes (exigência que advém da Lei de Uso e Ocupação do Solo). Este requerimento contribui para a ampliação das áreas verdes na cidade e, conseqüentemente, influi de modo favorável para o clima urbano do Município;
- Implementação do Plano de Arborização Municipal, para manter a cobertura florestal na área urbana e a ausência de arborização nas ruas das localidades e nos loteamentos consolidados.
- Implementação de uma metodologia de gestão do consumo de energia elétrica e estabelecimento de uma política pública que promova a eficiência energética no Município e até mesmo a estruturação de um planejamento das estratégias de consumo, produção de energia elétrica por fontes renováveis e gerenciamento dos insumos energéticos do Município, com foco na eficiência energética, qualidade ambiental e sustentabilidade.

Classificação climática de Köppen-Geiger



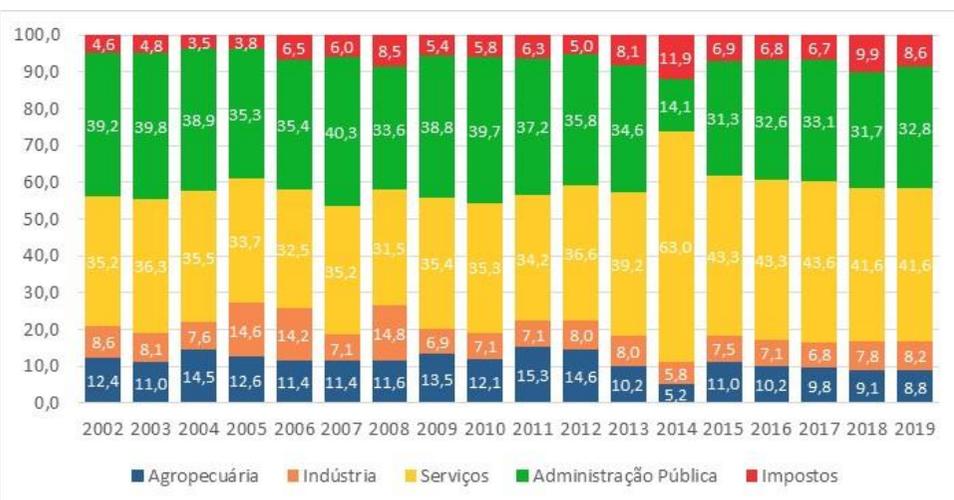
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Participação Setorial

A economia municipal é caracterizada pela expressividade dos **setores de serviços e administração pública**, sendo de proporções similares na composição do PIB municipal. Entre 2002 e 2011 houve leve superioridade do primeiro sobre o segundo, mas 2012 foi o ponto de inflexão, ano em que essa relação se inverteu perdurando até 2019. Excetuado o ano atípico de 2014, o dinamismo econômico de Itaocara pouco se altera ao longo dos anos.

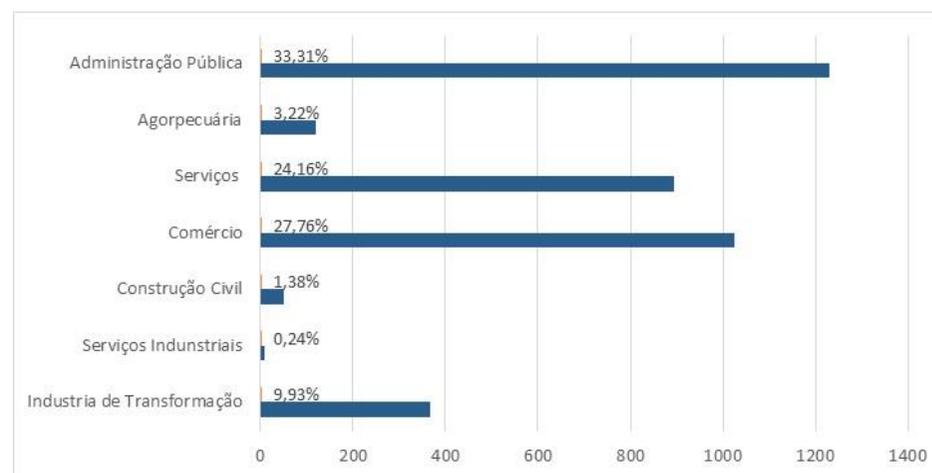
Em 2019 - 74,4% para o somatório dos setores de serviços e administração na composição do PIB e estabilidade dos setores de impostos, indústria e agropecuária na marca média de 8%.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2019, IBGE

Empregos Formais

Estoque de empregos formais segundo setor de atividade econômica em Itaocara - 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da RAIS/ME e Munic/IBGE.

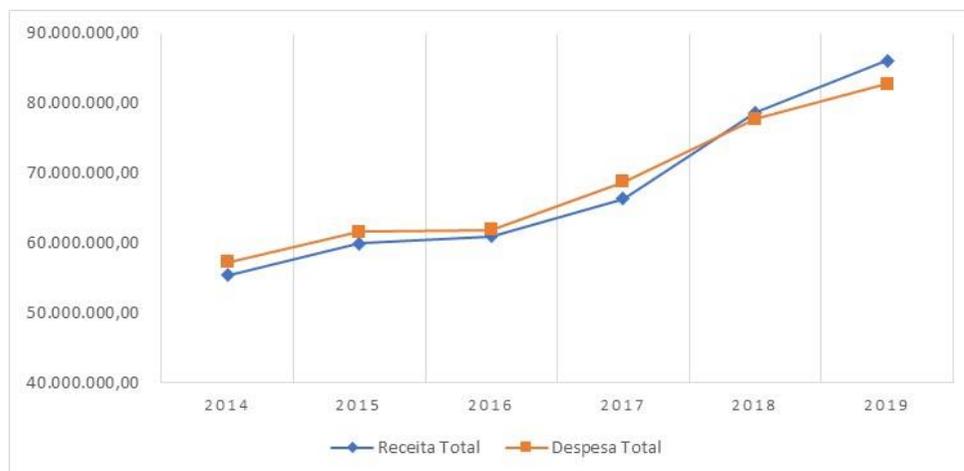
Em convergência com a representatividade com o PIB Municipal, os empregos estão concentrados nos setores de serviços e de Administração Pública.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finanças Municipais

A diferença entre RECEITA e DESPESA sofreu ponto de inflexão em 2018, onde o Município passou a arrecadar mais do que gasta. Entretanto, o incremento de ambas se equivale: 55% e 44% respectivamente (2019).

Comparação Receita e Despesa Total em valores nominais (2014-2019)



Fonte: TCE-RJ.

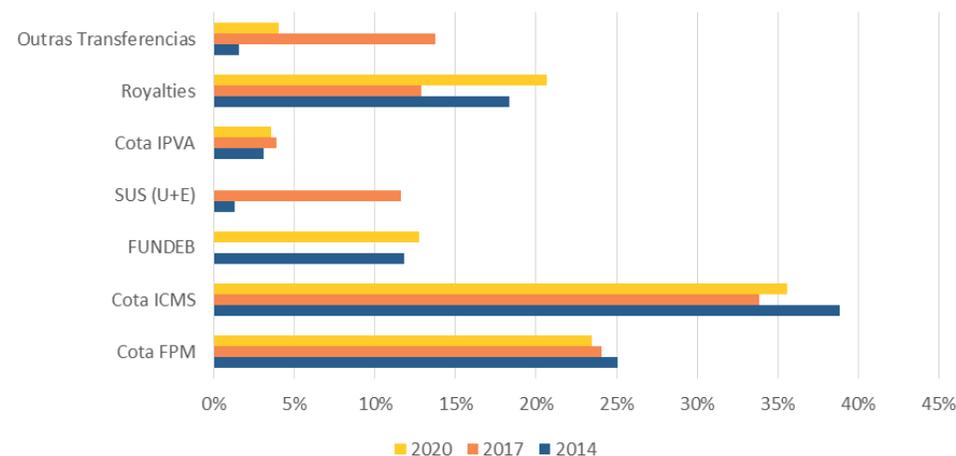
Composição da Receita Corrente Municipal por ano

Ano	Receita Tributária	Receita Transferência	Outras Transferências	Outras Receitas Correntes
2014	6,80%	85,62%	1,22%	6,36%
2017	7,37%	81,62%	2,35%	8,66%
2020	7,79%	86,31%	0,00%	5,90%

Fonte: Meu Município.

O Município de Itaocara, como grande parte dos pequenos Municípios Brasileiros, é dependente dos valores transferidos pelo Estado e União (86,31% / 2020).

Desagregação das Transferências Intergovernamentais



Fonte: Meu Município.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em relação às DESPESAS CORRENTES, em 2020 mais da metade dos recursos são aplicados em PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS.

Composição da Despesa Corrente Municipal em 2020

2020		
Nome da Conta	Valor (em reais)	% Despesa Total
Pessoal e Encargos Sociais	56.398.000,00	55,56%
Juros e Encargos da Dívida	105.000,00	0,10%
Outras Despesas Correntes	39.867.000,00	39,27%
Despesas Correntes	96.369.000,00	94,94%
Despesa Total	101.508.000,00	100,00%

Fonte: Meu Município.

Segundo previsão orçamentária para 2021 (BIOP - Ed. 211/dez2020), a estimativa de recursos para INVESTIMENTOS correspondia a pouco mais de 0.5% do BIP 2020.

No que diz respeito às finanças municipais, a tímida elevação da receita frente à despesa total para os anos mais recentes não é suficiente para garantir a qualidade da gestão fiscal de Itaocara, dado que boa parte da receita corrente do Município ainda está comprometida com o custeio da máquina administrativa.

Segundo desempenho das contas públicas municipais, avaliado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), para o ano de 2020 a gestão fiscal do Município se caracterizou como crítica ou em dificuldade para todos os indicadores.

Resultados do IFGF dos Municípios do Noroeste Fluminense em 2020

Município	Pop.	IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
Itaperuna	103.800	0,6667	0,5736	0,6808	1,0000	0,4122
Natividade	15.311	0,6102	0,3851	1,0000	1,0000	0,0557
São José de Ubá	7.206	0,6072	0,3802	0,8748	1,0000	0,1740
Porciúncula	18.960	0,5948	0,3375	1,0000	0,8568	0,1849
Italva	15.299	0,5007	0,5231	0,2571	1,0000	0,2226
Bom Jesus do Itabapoana	37.203	0,4851	0,1113	1,0000	0,5157	0,3132
Varre-Sai	11.106	0,4329	0,0000	0,6712	0,6452	0,4151
Miracema	27.154	0,4193	0,3773	0,6211	0,4910	0,1876
Laje do Muriaé	7.326	0,3719	0,6969	0,1891	0,5085	0,0930
Itaocara	23.222	0,2833	0,4504	0,5648	0,0000	0,1179
Aperibé	11.901	0,2450	0,0000	0,2349	0,6110	0,1341
Total da Região	278.488	0,4743	0,3487	0,6449	0,6935	0,2100

Fonte: Firjan, 2020..

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Janela de Oportunidades

ROYALTIES DO PETRÓLEO *VERSUS* INCREMENTO DO ICMS ECOLÓGICO

A tendência de decréscimo paulatino das transferências de royalties e a substituição do petróleo por fontes de energia limpa apontam, no futuro dos Municípios e Cidades, para a busca de alternativas mais sustentáveis para o seu desenvolvimento econômico, como a atração dos segmentos da indústria verde e de baixo carbono.

A aposta no fomento das receitas do ICMS Ecológico, recentemente tendo incluído em seus critérios de pontuação as ações municipais em prol da resiliência aos eventos extremos e da redução das emissões de GEE.

DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E INCREMENTO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O correto dimensionamento e cobrança dos impostos municipais dependem da atualização dos respectivos cadastros e de investimentos em tecnologias, tendo em vista atribuir a devida importância à geração das receitas próprias, dotando o Município de maior independência das transferências intergovernamentais.

A organização do aparato institucional, juntamente com o estabelecimento de estratégias para fomento ao Setor do Turismo, pode representar contribuição significativa ao desenvolvimento socioeconômico municipal, a partir de sua associação com arranjos produtivos no meio rural, além de ter a capacidade de alavancar o comércio e os serviços, abrindo novas frentes de geração de trabalho e renda.

E O QUE MAIS?

Pretende-se responder a tal questão a partir das contribuições da população, para que possamos, juntos, averiguar os caminhos possíveis para assegurar a qualidade de vida em Itaocara no futuro.

Em 2010, o somatório do déficit habitacional e da inadequação de moradias em Itaocara totalizava 1.398 unidades. Com relação ao déficit, havia 633 domicílios nessas condições, dentre os quais 91,4% estavam nas áreas urbana, e correspondiam a quase 8% dos domicílios particulares permanentes, concentrado na faixa de renda domiciliar de zero (0) a três (3) salários mínimos.

No que se refere a inadequação da moradia urbana, os dados mostravam que ela atingia 9,5% dos domicílios particulares permanentes, considerando ao menos um dos componentes, e era representada principalmente pela falta de infraestrutura, que correspondia a 86% das inadequações.

No Plano Diretor de 2008 de Itaocara, as diretrizes para a política habitacional estão descritas nos arts. 18 a 21.

O art. 19 descreve as diretrizes para o tema e no art. 20 aponta-se como prioridade a construção de moradias para realocação de áreas de risco, áreas não edificantes e áreas de interesse público. Já o art. 21 orienta a criação de Áreas de Especial Interesse Social nos territórios de vulnerabilidade econômica, social e territorial, ocupadas por loteamentos clandestinos, irregulares, abandonados ou não titulados para fins de regularização fundiária. Não houve, no entanto, nenhuma identificação de marcação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) posteriormente ao Plano Diretor.

Na estrutura administrativa da Prefeitura de Itaocara não há uma secretaria responsável exclusivamente pelo tema da habitação. Também não há Plano de Habitação e o Conselho, apesar de instituído em 2008, não está em funcionamento.

De acordo com dados do cadastro da Secretaria de Assistência Social há 3.643 famílias (8.617 pessoas) cadastradas em programas sociais.

Distrito Sede

Em Itaocara, há três conjuntos habitacionais, todos localizados na porção leste da área urbana da Sede. São eles: o Conjunto BNH; o Conjunto de Casas Juca Rocha e Cidade Seca. através do trabalho de campo e da análise de imagens de satélite, é possível localizar algumas áreas com maior precariedade habitacional, observadas a partir dos padrões construtivos das unidades e de urbanização dos assentamentos.

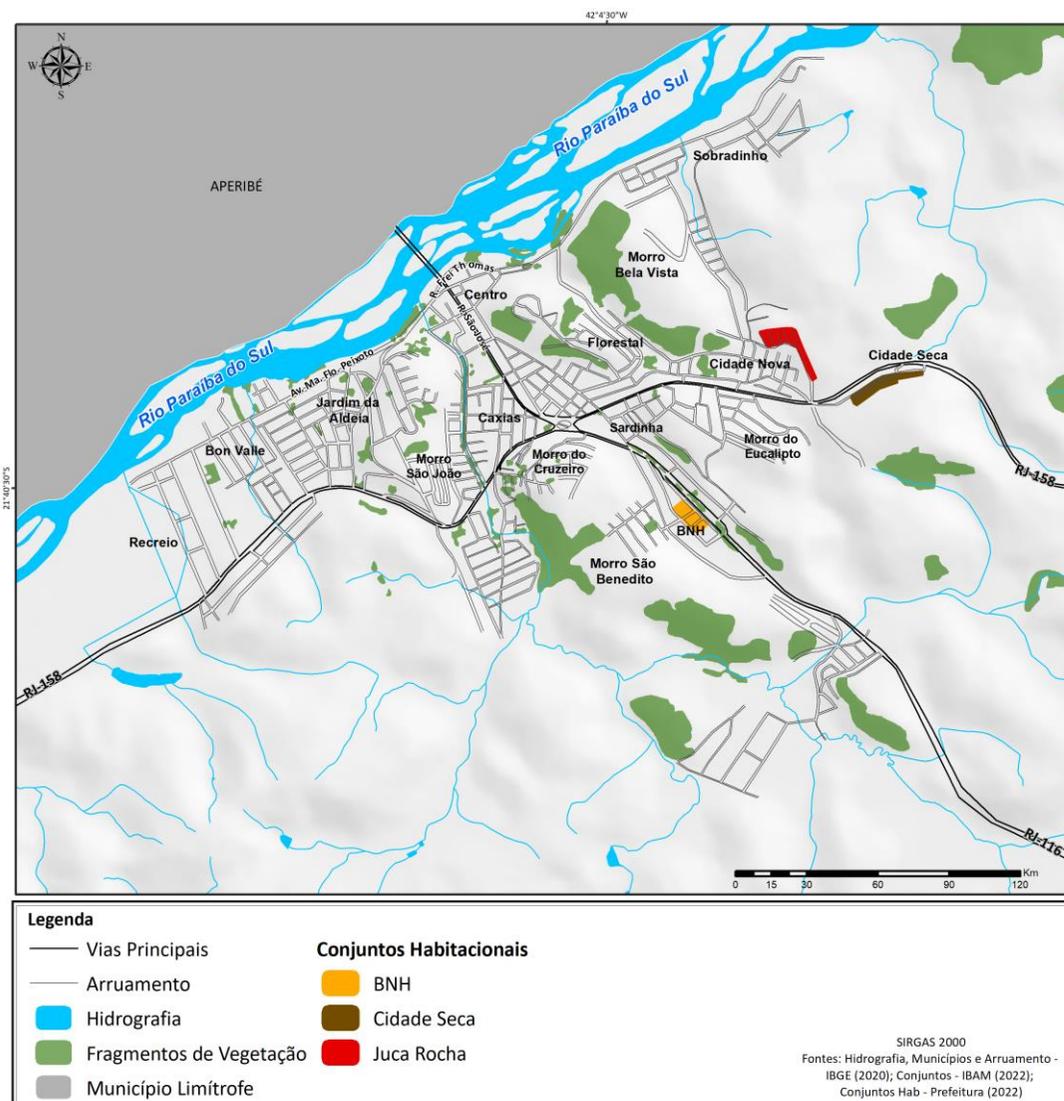
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

HABITAÇÃO

Tais áreas se concentram principalmente próximas aos Conjuntos, ao longo das Rodovias RJ-158 e RJ-116. No caso do Conjunto Cidade Seca, por exemplo, já havia uma ocupação anterior de casas às margens da RJ-158, em declive acentuado, que permanece ali até hoje. Há também concentração de precariedades no Bairro Caxias, localizado próximo ao Córrego Santo Antônio, que é um córrego tamponado.

Esses assentamentos correspondem às áreas urbanas bem adensadas, tanto em população quanto domicílios, e também aquelas que concentram as populações de baixa renda. Vale destacar que a região próxima aos Conjuntos Cidade Seca e Juca Rocha concentra mais de 40% da população negra (pretos e pardos), dado considerável uma vez que a população autodeclarada branca é majoritária na Sede.

Conjuntos Habitacionais localizados no Distrito Sede



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Outros Distritos

Nos Distritos, foram observadas situações de precariedade principalmente por conta de ocupação em áreas de risco. Com exceção de Estrada Nova, todos os distritos possuem mapeados pelo Plano de Contingência da Defesa Civil de 2021, habitações com risco de deslizamento. Em Portela, Batatal e Laranjeiras também foram identificadas problemas com alagamentos e inundações.

Não foram encontrados registros formais de comunidades tradicionais. No entanto, como destacado, há 32 famílias de pescadores artesanais. No cadastro não é informado a localização de tais famílias, mas, em trabalho de campo, foi comentado a presença de famílias próxima ao Campo de Semente, na Ilha do Nino.

Em Laranjais, há uma ocupação em torno da região do Engenho Central de Laranjeiras, área de um grande complexo de cana-de-açúcar. Segundo o Mapa da Cultura (RJ), foram construídas 149 residências ao redor da Sede para os funcionários. Até hoje o local conta com residências, a maioria moradores de baixa renda, alguns deles remanescentes de trabalhadores do complexo. Foram observadas também ocupações de outras estruturas do complexo. Vale destacar que, pelos dados censitários, esse setor também é o que apresenta maior porcentagem de população negra do Município, 65%.



Ocupações na região do Engenho Central

Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022.



Ocupações encontradas nos Distritos

Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

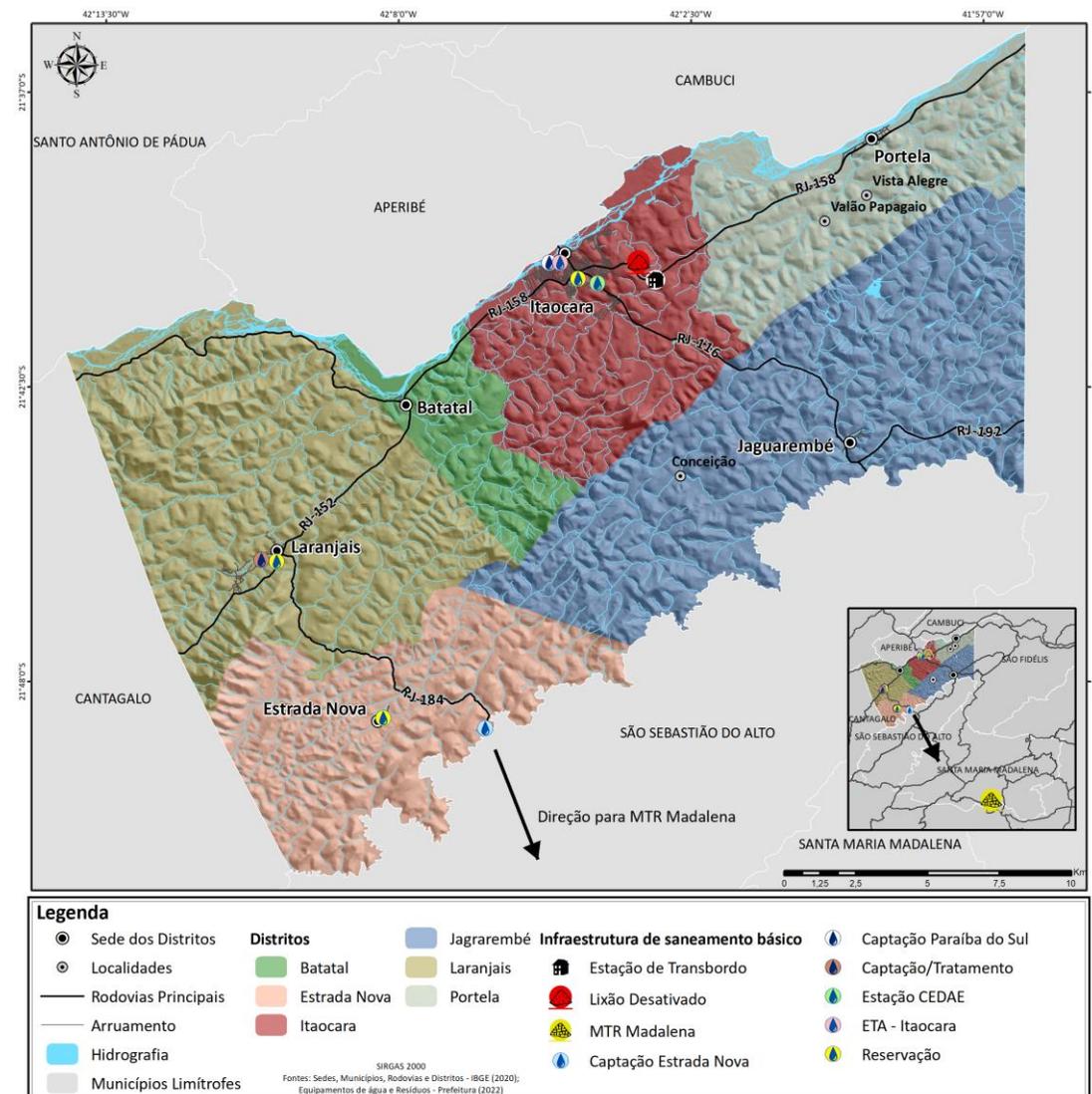
SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é composto por 4 componentes: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial. A responsabilidade de todos os serviços é do Município, porém alguns são operados por diferentes empresas:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	Águas do Rio (empresa privada)
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Águas do Rio (empresa privada)
LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	PERFORMANCE AMBIENTAL (empresa privada)
DRENAGEM URBANA E GESTÃO COSTEIRA	Prefeitura Municipal de Itaocara

Em Itaocara, apenas o serviço de abastecimento de água era operado pela CEDAE e, a partir de 2021, tanto abastecimento de água como esgotamento sanitário passam a ser assumidos pela concessionária Águas do Rio.

Infraestrutura de Saneamento Básico - Distrito Sede e demais Distritos



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

ÁGUA



De acordo com o SNIS-AE (2020), 76,55% da população total e 100% da população urbana do Município de Itaocara é atendida pelo sistema público de abastecimento de água.

Considerando a disponibilidade de produção de água tratada nos núcleos urbanos da Sede e dos Distritos, o consumo médio *per capita* de água de 189,7 l/hab.dia para a população total atendida de 17.570 habitantes e, ainda, as perdas físicas que estão em 24.69%, pode-se inferir que há disponibilidade hídrica e capacidade instalada de produção de água para atender a atual demanda e mesmo suprir futuras expansões urbanas.

Cabe ressaltar que o balanço hídrico realizado foi global e reflete a situação, não apenas do sistema integrado que atende ao núcleo urbano do Distrito Sede, que concentra cerca de 73% da população atendida, mas também dos sistemas isolados que atendem aos demais Distritos.

Balanço Hídrico de Produção e Demanda de Consumo

Produção de água tratada	2.371.000m ³ /ano
Perdas físicas na distribuição	585.400m ³ /ano
Volume efetivo distribuído	1.785.600m ³ /ano
Volume de água tratada consumida	1.216.555m ³ /ano

Fonte: Elaboração própria a partir de dados SNIS-AE, 2020.

PORTELA: A captação superficial ocorre no Rio Paraíba do Sul, conduzida a uma Estação de Tratamento de Água (ETA), seguindo para um reservatório com capacidade de 100m³. Dessa estrutura de reservação a água é distribuída por gravidade para as redes dos Distritos de Portela e Três Irmãos (este pertencente ao Município de Cambuci).

BATATAL: É composto por uma captação superficial no Rio Paraíba do Sul, conduzida a uma ETA, seguindo para uma cisterna com capacidade de 13m³, que irá alimentar o reservatório com capacidade de 60m³. A água é direcionada à rede de distribuição por gravidade.

JAGUAREMBÉ: A captação é superficial no Rio Negro, de onde é encaminhada a uma ETA, seguindo para uma cisterna com 25m³ de volume, que distribui para duas estações elevatórias de água tratada (EEAT), uma direcionada a atender o Distrito de Ipituna (Município de São Sebastião do Alto), e outra para o Distrito de Jaguarembé.

ESTRADA NOVA: Estrada Nova é atendida pelo sistema do Município São Sebastião do Alto. A água é captada no Rio Negro e direcionada a um reservatório no Distrito Valão do Barro. Dessa estrutura é conduzida por gravidade ao reservatório com capacidade de 25m³ no Distrito de Estrada Nova, de onde é distribuída por gravidade aos moradores.

LARANJAIS: A captação se dá por meio superficial diretamente no Rio Ribeirão das Areias e direcionada, no mesmo local, para uma ETA acoplada a uma cisterna com volume de 12m³. Daí segue para um reservatório com capacidade de 100m³ para armazenamento e distribuição, por gravidade, aos moradores. Área de captação é bem precária, pois tem períodos com volume de água bem reduzido.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

SANEAMENTO BÁSICO



ESGOTO O Município dispõe de redes mistas que coletam águas pluviais e esgotos na Sede e em todos os Distritos, mas não dispõe de cadastro dessa rede



de esgotamento sanitário, e todos efluentes coletados pela rede são lançados sem tratamento nos corpos hídricos.

Em geral, estima-se que 70 a 90% da água consumida nas edificações residenciais retorna à rede coletora pública na forma de esgotos domésticos (NBR 12.209/2011). Ao analisar o consumo *per capita* de água de 189,7 L/hab.dia e o coeficiente de retorno de 80%, estima-se que são produzidos 2.666,4m³ de esgoto por dia em Itaocara.

PORTELA: Possui rede coletora mista de esgoto e águas pluviais na malha urbana do Distrito, cujo efluente é encaminhado para o Rio Paraíba do Sul sem tratamento.

BATATAL: Possui rede mista de águas pluviais e esgotos nas principais vias, com lançamento dos efluentes *in natura* no Rio Paraíba do Sul.

JAGUAREMBÉ: Possui rede mista de esgoto e águas pluviais, mas sem tratamento. O efluente é encaminhado para o valão da Rua Capitão Lessa, afluente do Rio Negro.

ESTRADA NOVA: Possui rede mista de esgoto e águas pluviais, mas sem tratamento, e o efluente é encaminhado diretamente para o valão, afluente do Rio Negro.

LARANJAIS: Possui rede mista que coleta águas pluviais e esgotos nas principais vias, com lançamento *in natura* no Rio Ribeirão das Areias.

DRENAGEM O Município de Itaocara está inserido na Região Hidrográfica VII, cujas características climáticas contribuem para o regime de cheias dos rios da região, associadas aos tipos de solos e relevo do Município, e agravadas pelo desordenado uso e ocupação do solo decorrentes do crescimento populacional e desenvolvimento urbano, favorecem a ocorrências de enchentes e inundações no território.



Dentre os principais problemas encontrados, observa-se grande área urbana impermeabilizada, deficiência no dimensionamento ou falta de redes pluviais, sobretudo em relação às áreas mais baixas, onde se concentram o maior volume de água das chuvas, ausência de rotina para limpeza e desobstrução de galerias, como, também, a ocupação da orla do Rio Paraíba do Sul sem a devida delimitação de faixas marginais de cursos d'água, não edificáveis em área urbana consolidada.

Os bairros do Distrito Sede que mais sofrem com alagamentos em diversas ruas baixas são o Centro, em especial na Rua São José, altura do Estádio Municipal, Jardim da Aldeia e Loteamento Por do Sol. Já, os bairros afetados por inundação pela cheia do Rio Paraíba do Sul, são aqueles que o margeiam, sobretudo na Avenida Marechal Floriano Peixoto, no Centro, Jardim D'Aldeia e Bom Vale, também no Bairro Sobradinho na altura da Rua Magno Martins.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

SANEAMENTO BÁSICO



DRENAGEM



PORTELA: Possui rede de drenagem na malha urbana, que apresentam problemas de manutenção, de responsabilidade da PMI.

No entanto, o Distrito se desenvolveu às margens do Rio Paraíba do Sul, localizado no encontro com o Rio Pomba, o que o torna suscetível a inundações.

JAGUAREMBÉ: Segundo o Plano de Contingências do Sistema Municipal de Defesa Civil de Itaocara, o Distrito de Jaguarembé possui áreas classificadas para risco de alagamentos e deslizamentos.

ESTRADA NOVA: Tem problemas de enxurrada, água escorre para valeta atrás do posto de saúde. Há relatos de casos de alagamento naquela rua, mais próxima ao valão.

RESÍDUOS



Em Itaocara, a gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos estão diretamente a cargo da Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras, mas a prestação dos serviços é contratada à empresa Performance Ambiental Eireli.

De acordo com o SNIS-2020, a taxa de cobertura de coleta domiciliar, em relação à população urbana do Município é de 100%. No Distrito Sede é realizada todos os dias em todas as ruas e, para os demais Distritos, existe uma programação específica de três vezes por semana (2^a, 4^a e 6^a) ou uma vez por semana, a depender do caso. A disposição final é realizada em aterro sanitário, em Santa Maria Madalena, que dista, da Sede Municipal, 113 km pela BR 492.

Os RSS são encaminhados para tratamento em Queimados (RJ), já os RCC encontram-se dispersos no Município e, após coleta, são encaminhados para a estação de transbordo.

Não é possível seu aproveitamento, pois esses resíduos vêm muito misturado.

Segundo declarado ao SNIS-2020, o Município realiza coleta seletiva, no sistema porta-a-porta, através da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Itaocara (ACAMARI), com apoio da Prefeitura que cede caminhão, motorista e combustível. O material recolhido é levado para a Usina de Reciclagem de Lixo, unidade de triagem em operação desde 2016, localizada na área da estação de transbordo.

PORTELA: A coleta de resíduos domiciliares é realizada três vezes por semana, 2^a, 4^a e 6^a. Os moradores se utilizam de recipientes plásticos de 200 litros, distribuídos nas ruas do Distrito, para armazenamento temporário do lixo doméstico até sua coleta. A retirada de entulho se dá por meio de mutirão quinzenalmente. O Distrito possui uma equipe de trabalhadores da Prefeitura que realizam os serviços de varrição, capina, roçada, limpeza de bocas de lobo, manutenção da rede de drenagem e de esgoto.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

SANEAMENTO BÁSICO

RESÍDUOS



BATATAL: A coleta de resíduos domiciliares é realizada aos sábados pela empresa. Os moradores se utilizam de recipientes plásticos de 200

litros, distribuídos nas ruas do Distrito, para armazenamento temporário do lixo doméstico até sua coleta. Não existe programação para retirada de entulho, esta é realizada mediante demanda junto à PMI. O Distrito possui uma equipe de trabalhadores da Prefeitura que realiza os serviços de varrição, capina, roçada e limpeza de bocas de lobo.

JAGUAREMBÉ: A coleta de resíduos domiciliares é realizada três vezes por semana, 2^a, 4^a e 6^a. Os moradores se utilizam de recipientes plásticos de 200 litros, distribuídos nas ruas do Distrito, para armazenamento temporário do lixo doméstico até sua coleta. A retirada de entulho não tem programação regular, esta ocorre aproximadamente num intervalo de 40 dias.

O Distrito possui uma equipe de trabalhadores da Prefeitura que realiza os serviços de varrição, capina, roçada, limpeza de bocas de lobo, manutenção da rede de drenagem e de esgoto.

ESTRADA NOVA: A coleta de resíduos domiciliares é realizada às 3^a feiras e sábados. Os moradores se utilizam de recipientes plásticos de 200 litros, distribuídos nas ruas do Distrito, para armazenamento temporário do lixo doméstico até sua coleta. O Distrito possui uma equipe de trabalhadores da Prefeitura que realiza os serviços de varrição, capina, roçada e limpeza de bocas de lobo.

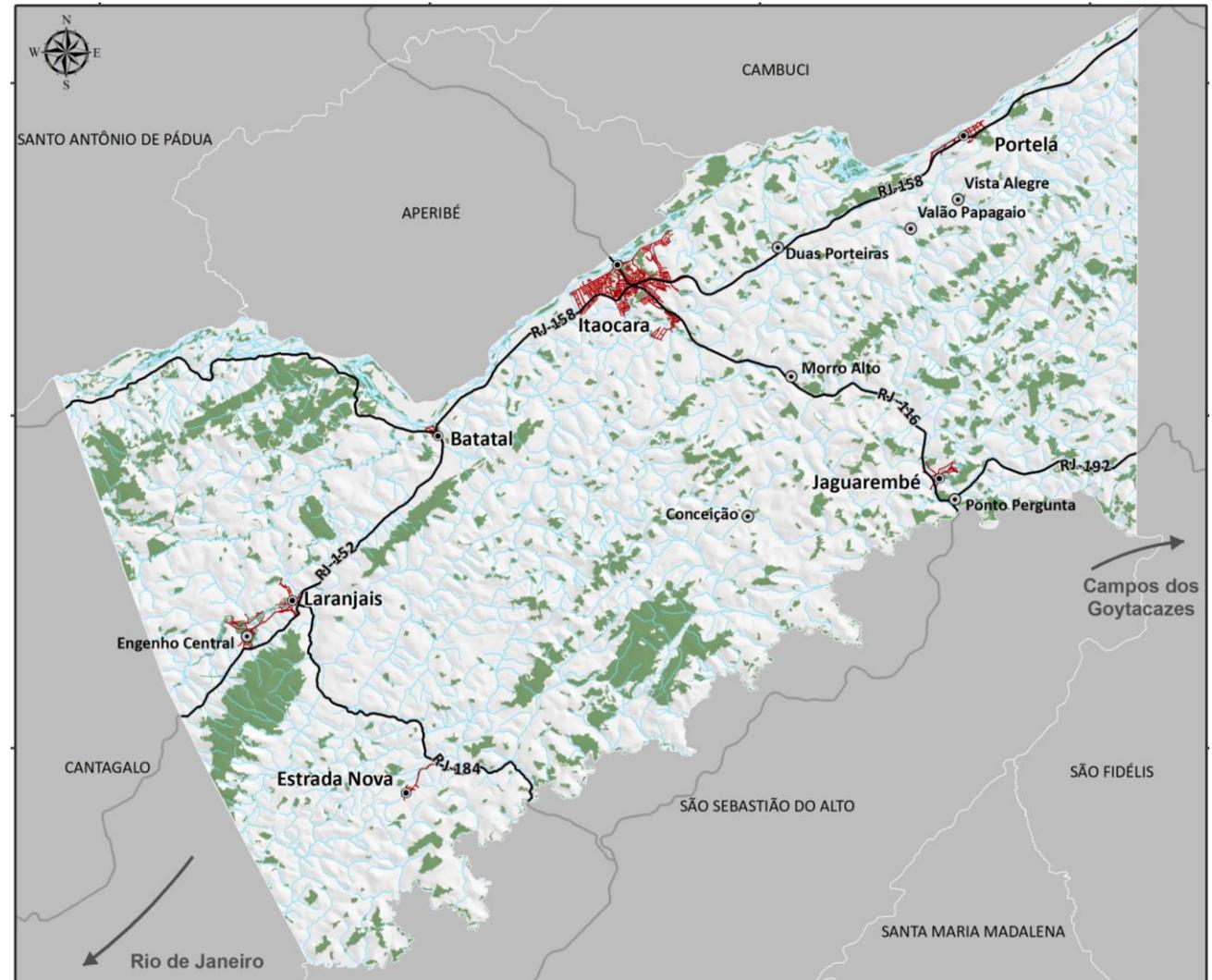
LARANJAIS: A coleta de resíduos domiciliares é realizada três vezes por semana, 2^a, 4^a e 6^a. Os moradores se utilizam de recipientes plásticos de 200 litros, distribuídos nas ruas do Distrito, para armazenamento temporário do lixo doméstico até sua coleta. O Distrito possui uma equipe de trabalhadores da Prefeitura que realiza os serviços de varrição, capina, roçada e limpeza de bocas de lobo.



A maior parte dos núcleos urbanos de Itaocara está situada ao longo dos eixos rodoviários que atravessam o Município:

- RJ-158, corre paralelamente ao Rio Paraíba do Sul, tendo a Cidade se estruturado entre a rodovia e o rio;
- RJ-152, representa a principal via de acesso em direção ao Rio de Janeiro;
- RJ-116, corta o Município perpendicularmente à RJ-152, atravessando o rio Paraíba do Sul, e é a via principal de ligação com Campos dos Goytacazes, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna, cidades que exercem influência relevante sobre Itaocara;
- RJ-184, estrada não pavimentada, paralela a RJ-116 que cruza a RJ-152 na altura de Laranjais e vai para o Distrito de Estrada Nova.

Sistema rodoviário de Itaocara



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

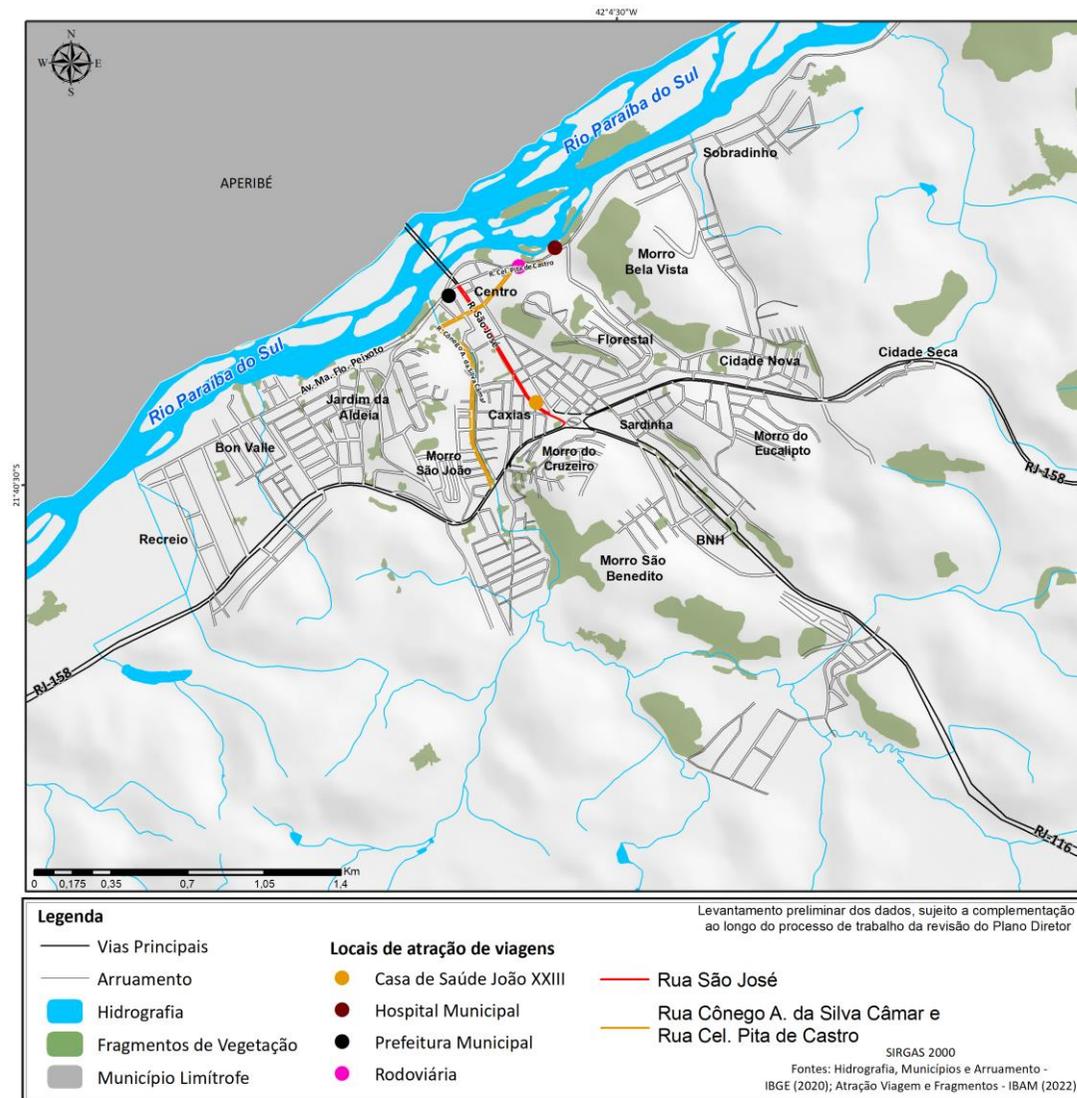
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MOBILIDADE URBANA

A estrutura viária na área urbana da Sede é marcada pelo cruzamento entre a RJ-158 e RJ-116, sendo esta o eixo principal de dispersão da urbanização. A RJ-116 atravessa a Cidade denominada como Rua São José, principal centralidade de Itaocara, caracterizando-se, portanto, como via de passagem do fluxo em direção a Campos, Pádua e Itaperuna, eixo concentrador de comércios e serviços, estando aí localizados os principais pólos geradores de viagens intraurbanas: Casa de Saúde João XXIII; Prefeitura Municipal; Rodoviária e Hospital Municipal, os dois últimos localizados no eixo da Rua Sebastião da Penha Rangel/Av. Presidente Sodr e/Rua Magno Martins.

Um aspecto a ressaltar   que esses fluxos transversais convergem para a ponte de liga o com Aperibé, sendo ali um dos principais nós viários da Cidade.

Estrutura viária da área urbana da Sede Municipal



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

MOBILIDADE URBANA



Segundo o Anuário Estatístico DETRAN/RJ de 2021 (ano base 2020) a frota circulante em Itaocara é de 15.461 veículos, verificando-se a equiparação dos percentuais entre as frotas de veículos de passeio e de motocicletas, confirmando a tendência nacional.

Caracterização da frota de veículos circulantes em Itaocara



Os indicadores de segurança no trânsito apontam que a maior parte das vítimas sobreviventes envolvidas em acidentes é do sexo masculino na faixa etária entre 18 e 49 anos, se enquadrando na população economicamente ativa que, provavelmente, passou a viver com alguma sequela ou deficiência, o que representa impacto tanto na política de saúde quanto na economia e, certamente, incidindo pressão sobre a demanda por melhores condições de acessibilidade.

Morbidade e mortalidade das vítimas de acidentes de trânsito



Os principais casos de acidentes de trânsito na Cidade se dão justamente nos cruzamentos com a Rua São José e também em cruzamentos com a RJ-158, como o caso da Rua Circanor Rubim.

Estacionamento nas Vias Públicas

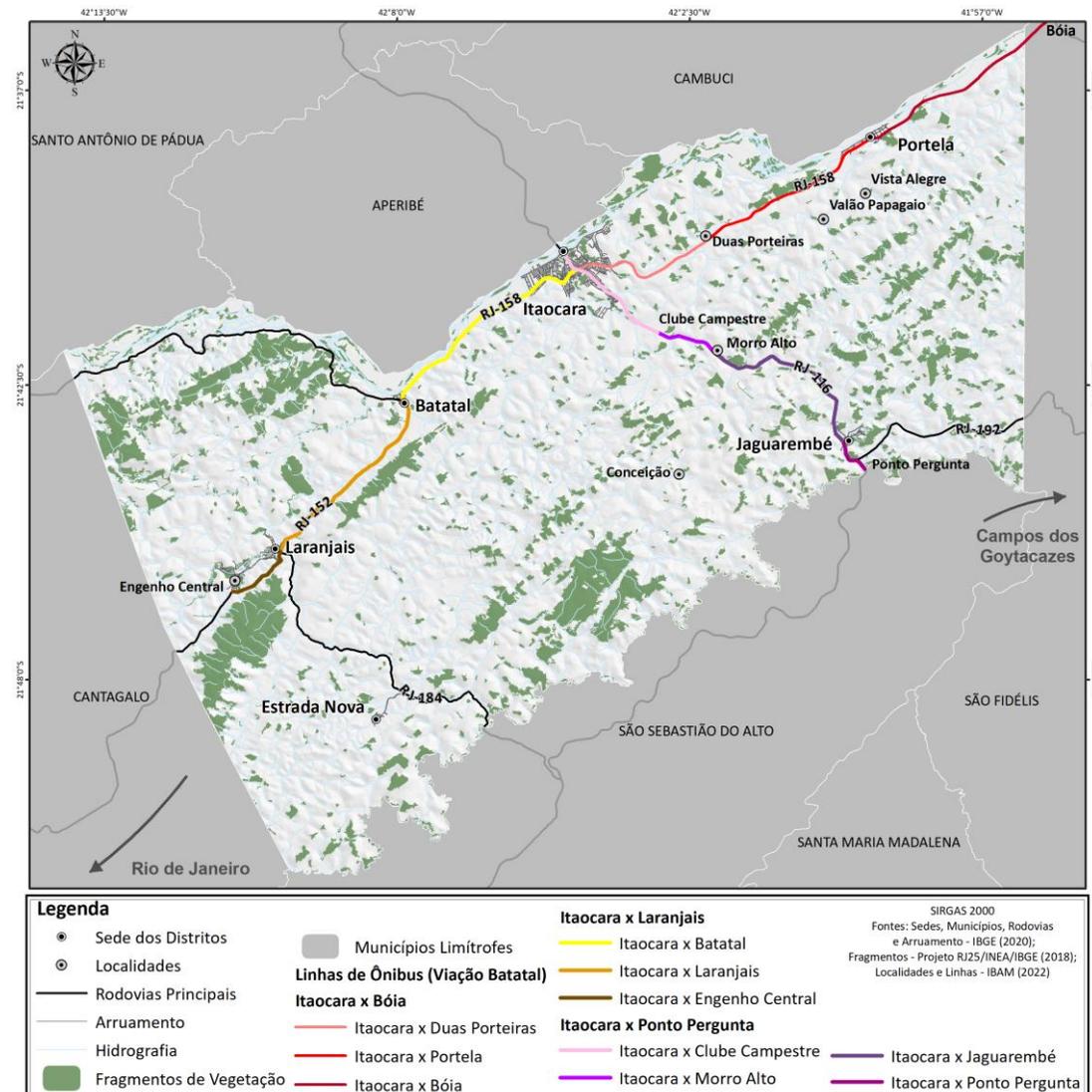
A desorganização do estacionamento nas vias públicas da área central é também uma questão a ser enfrentada com ações de qualificação do sistema viário, da organização da mobilidade e da educação no trânsito. Atualmente, o Município vem se estruturando para exercer o controle, a organização das vagas e a fiscalização.

Sistema de Transporte Público

Atualmente a empresa Viação Batatal oferta a interligação entre a Sede e os Distritos, exceto Estrada Nova. A pequena quantidade da frota, a falta de manutenção dos veículos e as poucas opções de horários de circulação são problemas enfrentados pelos passageiros. Circulam também pelo Município linhas intermunicipais, que fazem paradas na Sede e nos Distritos.

Está em processo de formalização a operação da Viação Batatal para buscar melhorias na mobilidade da população.

Linhas de ônibus para os Distritos



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Transporte Ativo

A falta de acessibilidade das calçadas é um dos principais e mais graves problemas da Cidade. Há inúmeras situações da presença de obstáculos à locomoção a pé ou por meio das ajudas técnicas utilizadas por idosos e pessoas com deficiência (cadeiras de rodas, bengalas e andadores, por exemplo), que representam risco de acidentes a todos os pedestres.



Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022

Para a realidade de Itaocara, o maior desafio de mobilidade urbana parece ser a indicação de estratégias para tornar mais seguro e atrativo os modos ativos de circulação de pessoas, em especial pelo uso de bicicletas e locomoções a pé. Para tanto, pode-se pensar a estruturação de programas de qualificação de calçadas, implantação de rotas acessíveis, implantação de sistema cicloviário e, muito provavelmente, implantação de vias compartilhadas.

As vias compartilhadas têm a capacidade de qualificar o ambiente construído por meio da adoção de técnicas de desenho urbano que permite a convivência segura da circulação de pessoas a pé e de bicicleta com o trânsito de veículos, induzindo à redução da velocidade de carros e motos.

Cabe destacar que Itaocara já tem uma experiência nessa linha de valorização da circulação a pé, que é o calçadão da Rua Nilo Peçanha, que priorizou parte da via para o trânsito seguro dos pedestres.



Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022



Acessibilidade de calçadas e vias de pedestres



Consolidação de um sistema de ciclovias que contribua para fomentar o transporte ativo

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO & TURISMO

Identidade e Memória em Itaocara

A memória de uma cidade contém símbolos e significados presentes nos espaços vivenciados por seus habitantes ao longo do tempo.

Itaocara não conta com patrimônio histórico-cultural salvaguardado nos níveis federal ou estadual, sendo seu acervo de importância local para seus habitantes, registro de sua memória singular e do sentimento de pertencimento de sua população.

É o que é preciso conhecer, proteger e preservar, sob risco de, sem suas referências singulares, se transformar em lugar anódino e desinteressante, igual a tantos outros que perderam sua identidade por força de um crescimento urbano desordenado e desrespeitoso com sua história e valores.

Em Itaocara, o **Rio Paraíba do Sul** e a **Serra da Bolívia** (Elefante) são os atributos que protagonizam e diferenciam a sua paisagem. Sua visão, a partir da Cidade os caracteriza como **marco paisagístico** de sua identidade.

O Município conta com acervo de bens históricos de interesse cultural local (**patrimônio material**) na Sede, nos Distritos e no meio rural já assimilado pela população como tal, a exemplo das praças e monumentos na Beira Rio; igreja e teatro; antiga Estação Ferroviária, engenho e fazenda, entre outros. Além de saberes e fazeres que constituem a expressão de seu **patrimônio imaterial**, como festas religiosas e folguedos, como as festas da roça.

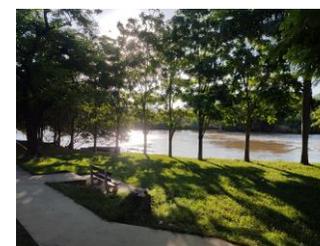


PATRIMÔNIO MATERIAL

PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGEM CULTURAL



PATRIMÔNIO IMATERIAL



PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO & TURISMO

Além da produção artesanal dos ceramistas de Batatal, merece destaque uma singularidade relacionada com a qualificação dos espaços públicos associada às artes plásticas, com a distribuição de esculturas pela Cidade.



Fonte: IBAM, 2022. Visita Técnica realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2022.



Fonte: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/>

Atenção especial deve ser dada ao potencial ainda a ser incrementado quanto aos bens patrimoniais existentes não revelados ou devidamente avaliados, merecendo ser melhor conhecido o **patrimônio geológico** das tufas calcáreas da Serra do Cândido.

Frente ao papel que a preservação patrimonial dos diferentes bens construídos e paisagísticos, bem como suas manifestações culturais desempenha para o desenvolvimento municipal, especialmente quando associado às atividades do turismo, o tema PHCP será tratado nas diretrizes do Plano Diretor, vinculado ao conceito mais amplo de **paisagem cultural**.

Pelas interações que o tema mantém com os critérios para a sua salvaguarda na relação com os espaços públicos (linhas de visada, gabaritos e alturas, afastamentos, usos e áreas de entorno, entre outros), esses aspectos serão considerados tanto nas propostas para o uso e a ocupação do solo como em determinações edilícias afetas aos bens históricos e à qualificação de seu enquadramento urbanístico.

Paisagem Cultural é uma categoria de bem cultural estabelecida pela UNESCO em 1992. No Brasil, a paisagem cultural é entendida como uma porção peculiar do território, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO & TURISMO

Desenvolvimento Turístico: Um Caminho a Percorrer

Itaocara integra a Região das Águas do Noroeste juntamente com os Municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.



Segundo o Plano Estadual de Turismo a Região das Águas do Noroeste apresenta as seguintes características gerais:

“A Região apresenta potencialidades centradas no ecoturismo, no turismo rural, no turismo religioso e na prática da pesca esportiva nos rios da Região. Além disso, as estâncias hidrominerais de Raposo e Santo Antônio de Pádua oferecem águas raras e de grandes propriedades terapêuticas.”

A Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008) estabelece a lógica da regionalização do turismo como princípio, trabalhando sob a perspectiva de que mesmo um Município que não possui uma clara vocação para o turismo pode dele se beneficiar, se desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista.

No Mapa do Turismo Brasileiro (MTur 2019/2021) Itaocara está classificado na categoria D e, com os demais Municípios da Região das Águas do Noroeste apresentava, em 2015, a seguinte aferição de resultados quanto à economia do turismo:

Categorização segundo o Mapa do Turismo Brasileiro dos Municípios da Região Águas do Noroeste/RJ (aferição 2015).

JF	Município	Região Turística	Domésticos	Internacionais	Estabelecimentos	Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
RJ	Aperibé	ÁGUAS DO NOROESTE	7.494	0	2	19	-	D
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	ÁGUAS DO NOROESTE	0	0	3	17	-	D
RJ	Italva	ÁGUAS DO NOROESTE	117.349	0	1	7	-	C
RJ	Itaocara	ÁGUAS DO NOROESTE	0	116	3	17	-	D
RJ	Itaperuna	ÁGUAS DO NOROESTE	175.606	1.146	21	251	1.693.154	B
RJ	Laje do Muriaé	ÁGUAS DO NOROESTE	12.708	0	0	0	-	D
RJ	Miracema	ÁGUAS DO NOROESTE	28.622	221	1	6	-	D
RJ	Natividade	ÁGUAS DO NOROESTE	7.494	0	0	0	-	D
RJ	Porciúncula	ÁGUAS DO NOROESTE	50.994	0	1	4	-	C
RJ	Varre-Sai	ÁGUAS DO NOROESTE	0	0	0	0	-	E

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO & TURISMO

A partir de tal classificação, são distribuídos recursos federais e aplicados investimentos em infraestrutura oriundos do Plano Nacional de Regionalização do Turismo, priorizados em razão da classificação obtida pelos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.

Em que pese o caráter restrito dessas variáveis, importa considerá-las como efeitos relacionados a outros indicadores decorrentes da ação de diferentes instâncias e agentes com atuação no setor do turismo local.

Itaocara apenas recentemente deu os primeiros passos para formalização de uma política municipal de turismo por meio da Lei nº 1.253, de 16/06/2021, que instituiu o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo (COMTUR e FUMTUR, respectivamente), parte da tríade central de instrumentos institucionais locais de operacionalização do setor, estando

estabelecidas, ao menos formalmente, as peças de gestão e financiamento, faltando a peça de planejamento na forma do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo em bases sustentáveis.

Como se verifica no diagnóstico do tema Desenvolvimento Econômico e se confirma nos indicadores de aferição apresentados anteriormente, é irrelevante a participação do setor do turismo na economia do Município.

Para se habilitar aos recursos disponíveis, precisa melhorar seus indicadores e avançar na classificação nacional, a começar por completar o ciclo institucional de ferramentas necessárias e requeridas pela política nacional do setor, formulando estratégias ao abrigo de um plano municipal de turismo, como já mencionado, em bases sustentáveis, além

de se engajar aos esforços de estruturação das atividades turísticas na escala regional.

Mas para que não seja dependente exclusivamente da ação político-institucional, se deve atribuir importância à criação de sinergias com os diferentes *players* envolvidos com a economia do turismo, estabelecendo um processo participativo que agregue a população, agentes econômicos e empreendedores que, direta ou indiretamente, se beneficiem do incremento das atividades turísticas locais. Um caminho provável seria a conjugação de esforços entorno aos atributos de que já dispõe, reunindo os diferentes potenciais que já são conhecidos e identificando outros ainda ocultos ou desconhecidos.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO & TURISMO

Nessa linha provável, a reunião entre potenciais caracterizados pelo seu patrimônio natural e histórico-cultural como atrativos turísticos nos segmentos do turismo de aventura, ecológico e de observação, rural e voltado aos esportes náuticos constitui um ponto de partida, bem como seu aproveitamento como fator de atração do fluxo de turistas que se dirigem à Região.

Os métodos disponíveis para elaboração de um inventário da oferta turística podem ser associados a um circuito de afirmação da identidade local pela adoção das atividades destinadas a construir o *place branding* (marca do lugar) de Itaocara, para que as propostas do plano estabeleçam os elos estratégicos necessários aos focos que revelará e resultem nos atributos competitivos capazes de concorrer com os demais destinos de sua Região.

Place branding é uma abordagem que identifica vocações, potencializa identidades e fortalece lugares, a partir do envolvimento das pessoas que nele vivem e que os utilizam em um processo participativo de apropriação. Uma marca do lugar ou *place branding* é a soma dos atributos físicos, culturais e sociais do lugar. Entender e promover a singularidade de uma determinada região reforça a economia local, cria o senso de pertencimento, possibilita a atração de investimentos, talentos, visitantes e, acima de tudo, contribui significativamente com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A metodologia participativa do *place branding* auxilia na construção das bases requeridas de commitment (comprometimento) entre todos os atores envolvidos no desenvolvimento do turismo, promovendo a compreensão dos impactos benéficos que dele podem resultar na qualidade de vida no Município e de como se deve conduzi-lo de forma sustentável para perpetuá-los.

No foco regional, o ordenamento profissionalizado de um calendário de eventos permanentes ligado à produção do campo, à confecção de produtos artesanais culturalmente identificados e às suas manifestações culturais singulares, bem como a manutenção das festas nacionais como Carnaval, Santo Antônio e São João (festas juninas), Natal, entre outras, porém tratadas com ideias inovadoras, poderiam instituir, ao longo do tempo, um circuito de atratividade ao turista da Região.



Fonte: <https://norouestefluminense.fandom.com/>



Fonte: G1/Fulvia Defante.

REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

Evolução

Ao longo das últimas décadas, a evolução do aparato jurídico em temas como acessibilidade, vigilância sanitária, meio ambiente, saúde e trabalho são exemplos de assuntos hoje organizados em sistemas de correspondência entre os níveis de governo que, ao demandar respostas no nível local, implicam o desenvolvimento de capacidades e transformação de práticas agora ineficazes.

Interação

Atualmente, o Código de Obras e Edificações (COE), parte do conjunto de ferramentas de que o Município dispõe para dar materialidade à implantação da política urbana local, deve atender e estar consoante aos fundamentos da CF 1988, cuja matéria urbana foi regulamentada pela Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Atualização

A atualização do COE deve incorporar em seu raio de ação as questões emergentes, inserindo-se como parte das respostas às pressões, atuando ativamente na construção da sustentabilidade, identificando-se com as estratégias de desenvolvimento propostas no Plano Diretor e coadjuvando na materialização da qualificação da ocupação urbana e territorial, em conjunto com os demais instrumentos de parcelamento, uso e ocupação do solo que a complementam.

Padrões Mínimos X Padrões Eficientes

Abandona-se a tradicional exigência de adoção de **padrões mínimos** de segurança e solidez, salubridade e saúde nas edificações que, de fato, não garantem a melhor condição de atendimento das demandas contemporâneas. Atualiza-se para **padrões eficientes** e que, intrinsecamente, significam assegurar em cada aspecto da edificação as condições de sustentabilidade quanto ao atendimento de suas funções, do seu desempenho ambiental e energético e do cumprimento de sua função social requeridos desta atualmente.



REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

A produção da paisagem urbana, intrinsecamente vinculada à qualidade dos projetos que a compõem, na lógica de um COE contemporâneo deve resultar da adesão às premissas do desenvolvimento sustentável e da incorporação de temas atuais que promovam:

- de um lado, a resiliência da cidade e a adaptação às mudanças climáticas; a adoção dos critérios de conforto ambiental, na vinculação dos projetos às características climáticas locais e à promoção do desempenho energético das edificações; às transformações da sociedade brasileira e à garantia de direitos sociais, como o de ir e vir por meio da acessibilidade; ao meio ambiente equilibrado; ao acesso aos bens naturais e culturais e à oferta de habitação de interesse social;
- de outro lado, e ao mesmo tempo, ter simplificados os seus ritos administrativos, colocando-os ao alcance da população, em especial a menos favorecida, como forma de combater as situações de irregularidade.

Princípio Geral

Privilégio ao direito coletivo à cidade e à fiscalização sobre os aspectos urbanísticos da construção.

Objetivos do COE Contemporâneo

Objetivo Geral

Orientar os costumes construtivos, regulando o espaço edificado por meio de normas técnicas para a prática da construção, assim como ordenando a sua implantação nos lotes, a fim de garantir a solidez, a segurança, a salubridade, a habitabilidade, a acessibilidade, a eficiência energética e a sustentabilidade das edificações e das obras.

Objetivos Específicos

- promover a qualificação do espaço construído através de parâmetros e requerimentos que assegurem o desenvolvimento das atividades humanas em edificações sólidas, seguras, salubres, sustentáveis e eficientes;
- estabelecer critérios para a realização de obras públicas e privadas de forma a garantir o acesso e a integridade física e mental da população na utilização cotidiana dos espaços de permanência e em que circulam;
- projetar e adequar edificações, obras e mobiliário urbano aos fundamentos da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES



Objetivos Específicos

- estabelecer exigências essenciais para instalação de equipamentos e redes de infraestrutura em logradouros e terrenos particulares;
- incorporar critérios para redução do consumo de energia e promoção da eficiência energética nas edificações, indicando processos construtivos que orientem o uso sustentável dos recursos naturais;
- facilitar a regularização urbanística das edificações localizadas em áreas de interesse social, observadas as condições de segurança e condições de risco do local onde se situam;
- simplificar o processo administrativo, reduzindo as barreiras burocráticas ao licenciamento de construções e a fiscalização de obras, que acabam por induzir à informalidade.

Sabe-se que nas Prefeituras a tendência maior é licenciar, ficando a atividade de fiscalização em segundo plano, para prejuízo da efetividade da norma, que objetiva a qualificação do espaço e da vida na cidade. A verificação do cumprimento da regra é que assegura tal qualidade, impondo-se a sanção ao seu descumprimento. Este é um circuito virtuoso que tem como objetivo utilizar a penalidade, principalmente para prevenir e educar. A tarefa não é simples e fica mais complexa na medida da complexidade da própria dinâmica urbana do Município.

Avaliação do COE Vigente

Sob o ponto de vista de sua conformidade jurídica, a lei se encontra desatualizada, seja nas conexões com a Política Urbana disciplinada na CF de 1988 ou com o Estatuto da Cidade (2001) que a regulamenta, seja com o aparato atual das Normas Técnicas brasileiras.

Também em relação aos avanços das políticas nacionais em seus campos de interação com o instrumento, principalmente àqueles de interface com direitos sociais (acessibilidade universal e mobilidade ou acesso à moradia digna), bem como com o direito difuso e capilar à cidade sustentável.

Todas essas deficiências são de ordem concreta e já justificariam a revisão desse COE. Entretanto, a maior lacuna está na falta de conexão com o espírito da contemporaneidade, independentemente de responder ou não ao crescimento urbano local, e com a compreensão do papel deste instrumento como coadjuvante imprescindível, a partir da mudança de seus paradigmas, em prol da sustentabilidade ambiental urbana.

Itaocara: Revisão do Código de Obras e Edificações e a Conexão com a Contemporaneidade

REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES



Intenções da Revisão....

- Qualificar o COE como ferramenta para materialização das premissas atuais da política urbana;
- Avançar nas possibilidades que o código oferece para implementação da ação municipal em novos temas e demandas;
- Atualizar o conteúdo do código para responder aos avanços do conhecimento técnico, das políticas públicas e da sociedade contemporânea.

Enquadramento das intenções...

- Pelas oportunidades e limites jurídicos que regem a Administração Pública;
- Pela complexidade dos novos temas e oferta de acesso diferenciado ao COE;
- Pelas fragilidades para a gestão e recursos disponíveis.

Indicações Preliminares

Em decorrência do quadro geral analisado, podem-se apontar algumas ênfases que deverão pautar o processo de revisão do COE de Itaocara:

- o passivo acumulado pelo descontrole ao longo dos anos aponta para uma tônica nos dispositivos que promovam a regularização urbanística e edílicia das edificações existentes;

- da mesma forma, para a produção da habitação de interesse social, por meio do estabelecimento de requerimentos simplificados e diferenciados e da promoção da assistência técnica gratuita;

- a promoção da acessibilidade universal, nos prédios públicos, nas calçadas e intervenções e projetos urbanísticos devem ser reforçados em seus critérios técnicos de projeto, bem como atribuída a responsabilidade aos profissionais da construção civil e proprietários sobre a sua adoção, no cumprimento dos regulamentos dos diferentes níveis de Governo, em especial da legislação federal;

- o reforço das exigências emanadas por outros órgãos e legislação de maior hierarquia que encontram abrigo no COE, a exemplo das Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros e das Normas Técnicas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

- a introdução da lógica do conforto ambiental e da eficiência energética no dimensionamento de critérios e parâmetros para a confecção de projetos e execução de obras;

- a supressão de conteúdos esdrúxulos ao COE, notadamente aqueles pertencentes à regulação municipal específica de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, com que o Município passará a contar decorrente da revisão do Plano Diretor e legislação urbanística complementar;

- o tratamento de temas atuais na interface com a matéria edílicia.